

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM VINTE E CINCO DE JULHO DE DOIS MIL E DEZASSETE** -----

----- **ATA NÚMERO CENTO E CINQUENTA** -----

----- Aos vinte e cinco dias do mês de julho de dois mil e dezassete, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Maria Rosa Carvalho da Silva, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária, em exercício.-----

----- (A Senhora Deputada Municipal Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva). -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Paula da Silva Viseu, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Deolinda Carvalho Machado, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, José Manuel Rodrigues Moreno, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Margarida Maria Moura Alves Silva Almeida Saavedra, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia de Oliveira Caetano Barata, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Mário Joaquim Gomes Branco, Vitor

DRAFT

Manuel Bruno Morais, Romão da Conceição Bатуca Lavadinho, Jorge Manuel Jacinto Marques, Francisco Alves da Silva Ramos, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Luis Manuel Inês Cavaco, Susana Maria da Costa Guimarães, Igor Boal Roçadas, Pedro Paulo Machado Alves Mendes, Duarte Albuquerque Carreira, Duarte Miguel Rafael Sapeira, Luis Graça Gonçalves, Sofia Margarida Vala Rocha, Nelson Pinto Antunes, Gabriel Baptista Fernandes e Paulo Moreira. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Modesto Fernandes Navarro, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, José António Cardoso Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho e Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputada Municipal Mário Joaquim Gomes Branco. -----

----- Hugo Alberto Cordeiro Lobo (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Jorge Manuel Jacinto Marques. -----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Duarte Albuquerque Carreira.-----

----- André Nunes de Almeida Couto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Duarte Miguel Rafael Sapeira.-----

----- Belarmino Ferreira Fernandes Silva (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, entre os dias 24 de julho e 10 de agosto, sendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Vitor Manuel Bruno Morais. -----

----- Nuno Pintão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Cavaco.-----

----- Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Susana Guimarães. -----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Paulo Moreira. -----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Graça Gonçalves. -----

DRAFT

----- Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Sofia Vala Rocha.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Romão da Conceição Bатуca Lavadinho.-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Francisco Alves.-----

----- Ricardo Amaral Robles (BE), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- Maria Luisa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Baptista Fernandes.-----

----- Fernando Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Pedro Paulo Mendes.-----

----- Ana Regedor (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Igor Roçadas.-----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Catarina Albergaria, Carlos Castro e Manuel Salgado.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: António Prôa, João Gonçalves Pereira e Alexandra Duarte.-----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Público presente, Senhores Jornalistas, Técnicos e Dirigentes presentes.-----

----- Agradeço que ocupem os vossos lugares, temos quórum, temos mais uma vez mais Agenda bastante preenchida e vai ser, com certeza, bastante animada também um dos temas que interessam.-----

----- A Câmara hoje está representada pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva, o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente não estão presentes mas delegaram no Senhor Vereador João Paulo Saraiva a representação da Câmara.-----

----- Antes de começar a dar a palavra ao Público inscrito tenho que vos pedir a vossa atenção, há aqui uma questão que eu tenho que pôr à vossa consideração que é a seguinte: Uma cidadã, a Senhora Ana Paula Viseu, que deveria estar presente na reunião do plenário de dia 11, para substituir um colega do Partido Socialista e vinha mesmo preencher um lugar que ficou vago, não pôde por motivo de deslocação profissional ao estrangeiro não foi possível estar presente nessa reunião e requereu a justificação da falta, mas nos termos da Lei esta justificação tem que ser apresentada ao Plenário não pode ser apreciada somente pela Mesa e, por isso, estou a perguntar a alguém se opõe a esta justificação, foi uma ausência profissional no estrangeiro, está devidamente confirmada.-----

----- Se ninguém se opõe a Mesa considera a justificação apresentada e justificada, portanto, a falta da Senhora cidadã Ana Paula Viseu.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos dar a palavra ao público presente. Temos 2 inscrições novas e temos 2 inscrições já muito nossas conhecidas a quem eu vou pedir que sejam o mais sintéticas possível uma vez que temos hoje realmente uma agenda muito cheia e já tiveram várias oportunidades de se dirigir aos Senhores Deputados. -----

----- Chamo a Senhora Dona Maria de Lourdes Henrique Raposo, que vem colocar um problema de ausência de licença de habitação, creio que será isto. Vamos ver o que é que a senhora nos irá responder.-----

----- A Senhora Dona Maria de Lourdes tem 3 minutos, quando chegar ao final do seu tempo eu chamo à atenção, porque o tempo passa muito depressa. Se faz favor.-----

----- Eu pedia o silêncio dos Senhores Deputados, pedia o vosso silêncio para ouvirmos a Muniçipe em condições.” -----

----- **A Muniçipe Senhora Maria de Lourdes Henrique Raposo**, residente na Avenida Rainha D. Amélia, Nº 8, 3º Dto. - 1600-677 Lisboa, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Muito obrigado. Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores presentes.* -----

----- *Eu resido no Alto da Faia, empreendimento Telheiras Norte, fase 2, construído pela EPUL, como toda a gente sabe a maior parte do bairro de Telheiras foi construído pela EPUL e o bairro onde resido foi construído nos anos 80.* -----

----- *A EPUL, como todos sabemos é uma Empresa Municipal foi dissolvida pela Deliberação nº 61/AM/2013 e, portanto, as suas obrigações transferiram-se para a Câmara Municipal.* -----

----- *A minha casa não tem licença de habitação, várias casas ali não têm licença de habitação, no entanto, têm licença de construção e a construção está feita de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, uma vez que foi aprovado pela Câmara Municipal.*-----

----- *Agora, nós queremos vender as casas e não conseguimos, porque não temos licença de habitação.*-----

----- *Fiz um pedido à Câmara Municipal, a Câmara Municipal recusou passar ou uma licença ou uma certidão que dispense de licença.* -----

----- *Fiz uma exposição ao gabinete do Senhor Vereador Manuel Salgado, até agora sem resposta.* -----

----- *Tenho direito a uma certidão que dispense de licença de utilização, ou à própria licença, não tendo eu que apresentar a requerente, a requerente era a EPUL que construiu a casa a mando da Câmara Municipal.*-----

----- *Sucedede que, quando a Câmara construiu tudo aquilo, como sabemos, eram casas chamadas de renda económica, foram ocupadas por pessoas realojadas, quando terminou o ónus de inalienabilidade, a Câmara quando quis vender, o que é que fez? Arranjou uma certidão que dizia: ‘o dito imóvel foi construído segundo as normas legais e regulamentares aplicáveis não se exigindo licença de utilização’ e vendeu.----*

----- *Essa certidão desapareceu, e agora como desapareceu, eu não tenho nem cópia para fazer uma nova e ninguém me quer dar.* -----

----- *Portanto, a Câmara tem que emitir ou uma certidão ou uma licença de utilização, pelas razões expostas. A mim e a todas as outras pessoas que precisem, porque nós temos a nossa vida toda dependente apenas e exclusivamente desse documento, que eu já paguei! Paguei 35.25 euros de taxa de emissão da certidão.* -----

----- *É tudo. Chamo à atenção de que estes problemas existem por toda a cidade, com certeza, já consultei 252 registos de processos da EPUL não se encontra essa certidão, não sei como foi obtida, sei que a Câmara quando lhe interessou vender, obteve-a e emitiu-a e agora tem que emitir.* -----

----- *Para terminar, nos termos do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação as operações urbanísticas promovidas pela Administração Pública na qual se incluem as Empresas Municipais, obviamente, estão dispensadas de controlo prévio e, antigamente, até estavam dispensadas de autorização. E, portanto, essas operações urbanísticas, nesses casos, a licença de utilização limita-se a verificar a conformidade do edifício com fim previsto. É uma moradia unifamiliar, eu resido lá, é habitação própria permanente, não há dúvida nenhuma que o fim é a habitação e assim está, obviamente, escrito na caderneta predial no registo predial.* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Lourdes, creio que já percebemos o problema e chegou ao fim do seu tempo.”* ---

----- **A Muniçipe Senhora Maria de Lourdes Henrique Raposo**, no uso da palavra acrescentou: -----

---- *“Muito obrigada, irei juntar documentação.”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- *“Muito bem. Portanto, agora o procedimento é o seguinte: eu pego na documentação que a Senhora Maria de Lourdes vai deixar, pode deixar aqui na Mesa se quiser ou entregar aí à Senhora Funcionária, sim pode entregar à Senhora Funcionária que ela depois entrega à Mesa.* -----

----- *Tem documentação para me deixar é isso? Se tem documentação a enviar pode... não tem! Muito bem, muito bem.* -----

----- *Muito bem, será depois enviada, de qualquer modo aquilo que aqui trouxe é um problema real e a Mesa vai fazer diligências junto da Câmara para ver se consegue desbloquear isto. Por aquilo que apresentou não me parece ser uma coisa muito complicada, mas tem que ser desbloqueado, como é evidente. Muito obrigada.* -----

----- *E vamos passar o Senhor Pedro Nuno da Silva Vieira, vem pôr um problema da possibilidade de haver um risco de alteração da resistência de um edifício aqui na Avenida de Roma.”* -----

----- **O Muniçipe Senhor Pedro Nuno da Silva Vieira**, residente na Avenida de Roma nº35 - 3º Dto. - 1700 Lisboa, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa tarde, o meu nome é Pedro Vieira, eu sou nascido na Avenida de Roma, os meus pais residem na casa onde se coloca a questão, a casa onde eu nasci, também, aqui em Lisboa.* -----

----- *O que se passa, e sou Arquiteto, portanto, para ilustrar tudo e para se perceber. -*
----- *O que se passa é uma questão que nós já colocámos aqui na Câmara há muitos anos, que é recorrente, que nós verificarmos a execução de obras que colocam em risco a estrutura, a segurança estrutural de um edifício, obras essas que são atestadas por várias documentações da Câmara. Quando são suprimidas paredes que, à partida, são de alvenaria, podem parecer paredes não estruturais, mas, de facto, consultando o processo, são paredes estruturais.*-----

----- *Portanto, uma vez mais, agora em junho de 2017, verificámos ocorrerem obras de remodelação no interior dos apartamentos, em que há supressão das ditas paredes que, supostamente, não são estruturais para os técnicos que, à 1ª partida, que não conhecem o edifício e que não se preocupam em conhecê-lo e que, depois, verificado o processo e todo o historial que existe na Câmara, as paredes são estruturais e, de facto, não deveriam ser removidas.*-----

----- *O que sucede é que, em 2010, essa questão foi colocada à Câmara que redundou, em 2012, numa apreciação de todo o imóvel e na reposição de quase 17 paredes que tinham sido removidas. Chegados a 2017 continuam a haver obras avulsas que são despachadas como se fossem obras de mera remodelação de interiores. O que se passa é o seguinte: a Câmara de Lisboa não é capaz de, administrativamente, guardar memória daquilo que faz, sendo que a memória passam a ser os Municípios com 60 ou 70 anos, que temos da nossa cidade, que ainda se preocupam com os imóveis em que residem, ou seja estas intervenções avulsas que vemos surgir neste edifício que fazem com que o edifício, neste momento, quando, por exemplo, quando passa o metropolitano abane mais, uma das portas da sala não abre, portanto, é um edifício dos anos 50, de construção mista em que a estrutura em betão armado e a estrutura resistente da em tijolo colaboram, quando é desvirtuado este tipo de construção por estas intervenções, digo, do pladur e da decoração, o que sucede é que os edifícios começam a sofrer.*-----

----- *Este edifício está em risco de sofrer cada vez mais, uma vez que, neste momento, com o crescimento do aquecimento imobiliário na cidade, as pessoas estão a abandonar este tipo de edifícios e estão a vendê-los porque têm grandes mais-valias. As pessoas que são arrendatários, como é o caso do meu pai, o que fazem é, vivem na casa, sujeitas a constantes obras e, ainda mais, sujeitas à falta de condições de segurança.*-----

----- *Portanto, o que eu pedia é que o Senhor Presidente da Câmara a quem nós já colocámos essa questão, e o Senhor Vereador Manuel Salgado, se preocupassem e trouxemos esta questão aqui à Assembleia Municipal para também a Assembleia Municipal tivesse conhecimento e, já agora, tratasse de verificar isto um pouco por todo o concelho, porque o que eu vejo não é só naquele caso pontual. Eu vejo que isto sucede um pouco por toda a cidade.*-----

----- *Muito obrigado.*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Arquiteto. Dizer-lhe que vamos, naturalmente, perguntar o que se passa com este edifício em concreto. -----

----- Mas dizer-lhe também que isto também é consequência dos sucessivos *Simplex* que têm sido feitos na legislação urbanística e que aligeiram a apreciação pelas Câmaras Municipais do que as pessoas fazem nos diversos edifícios e criam aqui problemas que podem ser muito graves e, portanto, naturalmente, irei diligenciar para obter uma resposta em concreto sobre o vosso caso. -----

----- Mas creio que mais do que estarmos a fazer fiscalizações *ad hoc* aqui e acolá o que interessava era de ser revista esta legislação, porque a legislação *Simplex* tem este problema, nem sempre assegura a verificação da resistência sísmica e da resistência estrutural, até já nem é antissísmica, da própria resistência estrutural do edifício e, portanto, é um problema bastante preocupante. Muito obrigada por o ter trazido aqui, vamos ver o que é que a Câmara nos responde. Muito obrigado. -----

----- Temos agora uma, já nossa muito conhecida, Dona Ana Maria, para a qual eu também não tenho dados novos, mas a Senhora Dona Ana Maria insistiu em inscrever-se e tem direito a falar.”-----

----- **A Muniçipe Senhora Ana Maria Vieira Isidro**, residente no Centro Social do Exército de Salvação, Centro de Acolhimento, Rua da Manutenção,Nº7, Xabregas - 1900-318 Lisboa, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde. Senhora Presidente Doutora Helena Roseta, com todo o respeito Senhores Vereadores, representantes do Beato. -----

----- *Portanto, como sabem a minha situação, a Doutora Helena Roseta já sabe da minha situação, eu não esperei a resposta até ao dia 27, como me encontro no exército de salvação, tenho a fechadura mudada, não é?! E como a Doutora Helena Roseta disse que ia dar uma solução a esta anomalia. -----*

----- *Eu queria esclarecer, qualquer email que venha em meu nome é falso. Não tenho habitação ainda. Porque eu até mandei uma carta registada para o Terreiro do Paço, o Município, há de chegar hoje. É falso que venha um email em meu nome sobre casas, não tenho casa ainda. -----*

----- *Por isso queria saber qual é, porque dia 27 está-se a aproximar, eu tenho medo que fique sem os meus bem, não é?! -----*

----- *A morada estava, era Alameda das Linhas de Torres, ora Xabregas não é Alameda das Linhas de Torres, e o Exército de Salvação em Xabregas só há um, é a Manutenção Militar nº7. Não pode ser Linhas de Torres, há aqui qualquer coisa que está mal contada, não é?!” -----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Oh Senhora Dona Ana Maria, fez bem em vir cá porque, efetivamente, temos tido dificuldade em contactá-la por haver estas incongruências de moradas, portanto, eu pedia aos meus serviços que, no final da sua intervenção, fossem verificar e *checkar* as moradas que nós estamos a mandar relativamente ao seu caso, porque já mandámos moradas diferentes e, portanto, isto cria dificuldade e ruído para resolvermos o problema. -----

----- E, portanto, eu pedia-lhe esse favor que confirmasse exatamente...”-----

----- **A Muniçipe Senhora Ana Maria Vieira Isidro**, no uso da palavra acrescentou: -

----- “*Já está Doutora, é Xabregas, a Manutenção Militar nº 7. Exército de Salvação.*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra acrescentou:-----

----- “Oh Senhora Dona Ana Maria, eu não estou neste momento a tomar nota, portanto eu estou a pedir aos meus serviços...”-----

----- **A Muniçipe Senhora Ana Maria Vieira Isidro**, no uso da palavra acrescentou: -

----- “*Eu deixei a uma funcionária no dia 11, na intervenção que eu cá estive há 15 dias, eu deixei a morada e disseram que não havia desvios. Dei já do Exército de Salvação, não há mais nenhum em Xabregas, por isso, não é a Alameda das Linhas de Torres, não é?! -----*

----- *A Doutora Helena Roseta, com todo o respeito, desculpe...*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra acrescentou:-----

----- “Oh Senhora Dona Ana Maria, não sou eu que estou a tomar nota, desculpe lá.” --

----- **A Muniçipe Senhora Ana Maria Vieira Isidro**, no uso da palavra acrescentou: -

----- “*Não podia resolver os problemas se não tinha ainda encaminhado o Despacho para a Senhora.*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra acrescentou:-----

----- “Desculpe lá, eu não sou eu que tomo nota das moradas das pessoas que se inscrevem, portanto, o que estou a pedir aos meus serviços, não a si, é que façam favor de confirmar as moradas que nós temos no processo para não haver perda de informação.”-----

----- **A Muniçipe Senhora Ana Maria Vieira Isidro**, no uso da palavra acrescentou: -

----- “*Pois, fizeram mal, Alameda das Linhas de Torres e nem sequer despacharam para a Doutora Helena Roseta, ainda está nas mãos da funcionária.*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra acrescentou:-----

----- “Oh Senhora Dona Ana Maria, isso não é verdade, as coisas são despachadas para mim, e quando não estão...”-----

----- **A Muniçipe Senhora Ana Maria Vieira Isidro**, no uso da palavra acrescentou: -

----- “*Eu tive um correio do mês 5 que só apareceu no mês 6.*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra acrescentou:-----

----- “É possível que isso aconteça, porque quando a Senhora fala...”-----

----- **A Muniçipe Senhora Ana Maria Vieira Isidro**, no uso da palavra acrescentou: -

----- “*Estou farta de me fazerem maldades, eu não sou refugiada, eu sou portuguesa, tenho 64 anos, nasci na Picheleira, sou do Vitória, sou do Beato, o meu primo é treinador do Vitória, eu não sou refugiada, tenho direito a uma casa...*”-----

- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra acrescentou:-----
- “A Senhora Dona Ana Maria, já explicou aqui a sua situação várias vezes. Quando a decisão...”-----
- **A Muniçipe Senhora Ana Maria Vieira Isidro**, no uso da palavra acrescentou: -
- “*Ficar sem abrigo com os meus bens. Pronto Doutora Helena Roseta, eu agora espero a sua resposta.*”-----
- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra acrescentou:-----
- “Quando a decisão não vai imediatamente é porque nós precisamos...”-----
- **A Muniçipe Senhora Ana Maria Vieira Isidro**, no uso da palavra acrescentou: -
- “*Dia 27 já se está a aproximar e eu estou cheia de medo de perder os meus bens, não é?! Tenho a fechadura mudada, o Senhor não vai atender, ele disse que eu não perdia, ele deu-me o telefone quando o encontrei.*”-----
- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra acrescentou:-----
- “Senhora Dona Ana Maria, desculpe. A Assembleia Municipal não lhe pode atribuir uma casa diretamente. Pode ouvir a sua situação, pode pedir explicações, pode procurar informação, pode procurar junto das instâncias sociais que apoio é que está a receber, está no Exercito de Salvação. Isso tudo já foi feito.”-----
- **A Muniçipe Senhora Ana Maria Vieira Isidro**, no uso da palavra acrescentou: -
- “*Oh Doutora isso já dura há 10 anos, eu estive no programa do Fernando Medina que a doutora mandou-me escrever, esta última da Câmara. Puseram-me fora com polícia. Não me escreveram a dizer que eu só tinha 66 pontos, diziam que não queriam saber do Doutor Fernando Medina, não queriam saber de Helena Roseta, não queriam saber de ninguém. Fui posta na rua por um polícia na Câmara, no Campo Grande. Isto já dura há 10 anos, o meu neto tinha 10 anos, já tem 20 está em Inglaterra, foi tentado violar por companheiros da mãe, podia estar a traficar, podia estar drogado e aí até aos 10 anos...*”-----
- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra acrescentou:-----
- “Senhora Dona Ana Maria, está muito nervosa. Oiça uma coisa, estamos aqui a pôr problemas sobre problemas, eu sei que está muito nervosa.”-----
- **A Muniçipe Senhora Ana Maria Vieira Isidro**, no uso da palavra acrescentou: -
- “*Pronto Doutora, eu só venho é esclarecer isto, porque venha email em meu nome é mentira, não tenho um meu. Fui abordada na outra reunião, fui abordada por três moradores...*”-----
- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra acrescentou:-----
- “Muito bem, tomámos devida nota, Senhora Dona Ana Maria, tomámos devida nota. Muito obrigada. Boa tarde.”-----
- **A Muniçipe Senhora Ana Maria Vieira Isidro**, no uso da palavra acrescentou: -

----- “Obrigada eu, Doutora, obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Senhores Deputados, eu peço desculpa estava aqui a fazer um pequeno comentário com os meus colegas de Mesa e vamos ouvir, também uma já nossa conhecida, Senhora Dona Maria Manuela da Purificação Reis, que pela sua condição de deficiência motora toma lugar na sala, lá atrás, se faz favor.”-----

----- **A Muniçipe Senhora Maria Manuela da Purificação Reis**, residente na Rua Barão de Saborosa, 253 R/C Frente - 1900-090 Lisboa, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde a todos.-----

----- *Fui habituada a trabalhar e não a falar em público e sinto stresse provocado pela pressão do tempo que posso dispor, mas entendo que devo vir à Assembleia Municipal para me verem porque a maior parte das pessoas idosas e deficientes estão isoladas, incomunicáveis, abandonadas dentro das suas casas. -----*

----- *Ainda hoje vem na 1ª página do jornal os crimes que estão acontecendo, que se estão cometendo contra os idosos. A solidariedade é uma palavra bonita, mas na prática já não existe. -----*

----- *Eu faço 80 anos, vivo só, e vivo bem com os anos e não sei e não quero saber o que é a solidão, mas serei encontrada quando já for cadáver e o mau cheiro se tornar insuportável para os vizinhos. -----*

----- *Agora queixo-me porque tenho o carro de deficiente, infelizmente, há uns 60 anos que tenho carro, este já tem 30, e estou a ser confrontada com os lugares que havia para deficientes, para qualquer deficiente poder estacionar, uns foram retirados, outros estão vandalizados, tiraram o logotipo do deficiente e outros foram serrados, como acontece com o sinal que estava junto ao Teatro Nacional Dona Maria e desapareceu. -----*

----- *Eu não vi, dava para 2 carros de deficientes e ali não há mais lugares nenhuns nem no Rossio. -----*

----- *E então andei por ali, até que encontrei um sinal deitado no chão, fui à esquadra dos Restauradores dizer, para tomarem nota da ocorrência e telefonarem à Câmara, que o sinal estava prostrado no chão. -----*

----- *O sinal continuou lá e agora desapareceu o sinal. E eu andava à procura e veio um morador da Rua dos Regedores, faz muita falta aquela esquadra, muita falta, que fechou, no Largo do Regedor, não é?! Que é pegado com o Teatro. -----*

----- *Venho dizer, minha Senhora, esse sinal foi serrado pelos taxistas que aqui estão estacionados, eles é que serraram e, realmente, aquele sinal não é de estar metido no chão, estava cimentado com betão armado e então tiveram que serrar realmente. -----*

----- *Agora já não está lá sinal nenhum, digo assim, será que roubaram um sinal? Está então dentro do Teatro, descobri-o, dentro do Teatro Dona Maria, ora os deficientes também gostam de ir ao teatro, mas não têm onde estacionar porque dentro do teatro os carros não entram e cá fora, o sinal não foi repostado, o que faz muita falta.”-----*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----
----- “Senhora Dona Manuela está a chegar ao fim do seu tempo, se faz favor.” -----
----- **A Múncipe Senhora Maria Manuela da Purificação Reis**, no uso da palavra continuou: -----
----- “*Ah! Mas há uma coisa muito importante e grave. Que é a sinalização.*” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra insistiu: -----
----- “Senhora Dona Manuela, desculpe mas já chegou ao fim do seu tempo, terá que ser para uma outra vez.” -----
----- **A Múncipe Senhora Maria Manuela da Purificação Reis**, no uso da palavra acrescentou: -----
----- “*É que vai haver acidentes, por causa da sinalização que eu ia dizer.*” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -----
----- “Senhora Dona Manuela, se quiser depois deixar por escrito, nós tomamos a devida nota.” -----
----- **A Múncipe Senhora Maria Manuela da Purificação Reis**, no uso da palavra acrescentou: -----
----- “*Está bem.*” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -----
----- “O caso que contou desse sinal...” -----
----- **A Múncipe Senhora Maria Manuela da Purificação Reis**, no uso da palavra acrescentou: -----
----- “*É que as sinalizações são de sentido proibido e eu, se me puser à frente, a sinalização não se vê, portanto, qualquer pessoa passa...*” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -----
----- “Se puder deixar a nota onde é essa sua localização...” -----
----- **A Múncipe Senhora Maria Manuela da Purificação Reis**, no uso da palavra acrescentou: -----
----- “*Eu fui medir ontem, tem 1 metro e 10, o sinal de sentido proibido e o outro tem 1 metro e 30 e eu tenho 1 metro e 50, segundo diz o Cartão de Cidadão. É muito perigoso.*” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -----
----- “Senhora Dona Manuela agradeço o alerta. Gostávamos de saber onde é que se passa...” -----
----- **A Múncipe Senhora Maria Manuela da Purificação Reis**, no uso da palavra acrescentou: -----
----- “*Senhora Presidente, eu compreendo, mas aquilo é muito perigoso. Tapa o sinal e é sentido proibido. Só sabe quem sabe, quem não sabe não vê!*” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -----
----- “Certo, certo. Oh Senhora Dona Manuela, eu peço desculpa, mas eu estou condicionada a tenho seguir o regimento.” -----
----- **A Múncipe Senhora Maria Manuela da Purificação Reis**, no uso da palavra acrescentou: -----

----- “Obrigada. Muito obrigado.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- Dizer-lhe que, em qualquer circunstância, que o caso que relatou em primeiro lugar, o sinal que foi retirado no Teatro Dona Maria parece-me uma situação bastante extraordinária e, aliás, como é que a Senhora Dona Manuela conseguiu fazer essa investigação toda? E eu felicito-a por essa sua capacidade cívica de ter lutado e encontrado o que se passou, isso dava quase um filme, a história que aqui nos contou. -
----- Mas o que nós temos que fazer é que esse filme não continue e que se resolva a situação, colocando o sinal como estava.-----
----- E vamos prosseguir Senhores Deputados. Muito obrigado nós. Terminámos a intervenção do público.”-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO 1 - DEBATE DE ACTUALIDADE SOBRE “UNIDADES HOSPITALARES DE LISBOA CENTRAL”, A REQUERIMENTO DO PEV, AO ABRIGO DO Nº 1 DO ARTIGO 49º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA; GRELHA K - 60 MINUTOS;**-----

----- **Carta da Presidente da Assembleia Municipal ao Ministro da Saúde sobre Rede de Cuidados Hospitalares datada de 19.6.2017;**-----

----- **Ofício da ARS-LVT sobre Rede de Equipamentos Hospitalares na cidade de Lisboa de 7.7.2017;**-----

----- (O Debate da Atualidade sobre “Unidades Hospitalares de Lisboa Central” fica anexado a esta Ata como Anexo I e dela faz parte integrante)-----

----- (O Ofício da ARS-LVT sobre “Unidades Hospitalares de Lisboa Central” fica anexado a esta Ata como Anexo II e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e leu a carta da Assembleia Municipal para o Senhor Ministro da Saúde:-----

----- “Senhores Deputados, antes de entrarmos no debate de atualidade, e após ter informado o PEV de que iria fazer o que vou fazer agora a seguir, quero dar conhecimento aos Senhores Deputados do Ofício sobre esta matéria, cujo debate vai agora começar, ofício que foi enviado ontem ao Senhor Ministro da Saúde, na sequência da discussão que tivemos em Conferência de Representantes e do qual foi dado conhecimento aos Representantes e agora devo dar conhecimento a todos os Senhores Deputados e vou lê-lo rapidamente e o ofício diz o seguinte: o assunto é Rede de Cuidados Hospitalares. O ofício diz o seguinte 571/AML/17: -----

-----“Senhor Ministro.-----

----- Recebi com data de 7 de julho um ofício da Senhora Presidente da ARS-LVT, acompanhado de um documento intitulado Rede de Equipamentos de Cuidados Secundários Hospitalares, elaborado segundo informa o ofício, na sequência de Reunião realizada por esse Ministério e cujo conteúdo de destina à revisão da Carta de Equipamentos de Saúde.-----

----- Lamento que esta informação crucial para a Cidade de Lisboa não venha acompanhada de nenhum estudo, nenhuma quantificação e nenhum suporte de planeamento da Rede Hospitalar de Lisboa. -----

----- Lamento igualmente que numa única página deste documento se faça uma referência abreviada ao que se prevê para o novo Hospital de Lisboa Oriental, com 875 camas, cuja entrada em funcionamento está prevista para 2023, e se assinalem, entre aspas, “alterações após a entrada em funcionamento deste Hospital”, fecha aspas, para as unidades incluídas no Centro Hospitalar de Lisboa Central que passam pelo seu desmantelamento ou descaraterização e que não foram democraticamente decididas por ninguém, que se saiba. -----

----- Para além de não se compreender como é que um Hospital de 875 camas pode substituir as 1307 camas do Centro Hospitalar de Lisboa Central, não é aceitável que sejam desmantelados equipamentos hospitalares no Centro da Cidade em benefício de uma localização mais periférica e em prejuízo da identidade histórica de zonas e edifícios icónicos de Lisboa. -----

----- A Cidade não foi ouvida e certamente não aceitará ser assim subalternizada, nem muito menos desapossada de equipamentos públicos, cruciais para a sua população. ---

----- Está assim a Assembleia Municipal de Lisboa perante um dilema insuportável, ou viabiliza a venda de mais uma extensa parcela de terreno municipal para a construção do novo Hospital, cujo pressuposto é o desmantelamento do Centro Hospitalar Lisboa Central ou não o faz e fica com o ónus de ter retardado o urgente lançamento do concurso para o novo Hospital. -----

----- Senhor Ministro, há uma terceira solução que tem que ser apresentada em nome do interesse da Cidade de Lisboa, construir o novo Hospital o mais rapidamente possível, porque ele faz muita falta, e manter o Centro Hospitalar Lisboa Central reconvertendo valências quando necessário, mas sem pôr em causa a existência de uma Rede Hospitalar e de Cuidados de Saúde, digna desse nome, no Centro Histórico da Capital.-----

----- Irei agendar a proposta camarária de alienação de terrenos municipais para o novo Hospital na próxima quinta-feira, 27, não sem antes termos debatido na Assembleia Municipal, que é o que vamos fazer agora a seguir, a resposta recebida da ARS-LVT. -

----- Estamos em final de Mandato pelo que já não teremos ocasião de desenvolver a temática do futuro da Rede Hospitalar de Lisboa em sede de Assembleia Municipal, mas creia, Senhor Ministro que, durante a próxima campanha autárquica e no mandato de quem vier a ser eleita e lde Outubro, este será um tema central, de que não abdicamos. -----

----- Reclamamos mais uma vez, o direito e dever das populações em participar individual e coletivamente no planeamento e prestação dos cuidados de saúde, direito e dever esse, aliás, consagrados no atual Plano Nacional de Saúde. -----

----- Não ignoramos os nossos deveres para com o bem público, mas não prescindiremos do nosso direito a expressar, em nome da Capital do País, que nos elegeu, a nossa profunda discordância quanto a matéria de que tomámos conhecimento

por um mero ofício da ARS-LVT e o nosso veemente protesto pela forma como estão a ser tomadas decisões sobre um tema tão importante e sensível para a Cidade.” -----

----- Naturalmente, a carta foi enviada apenas em meu nome pessoal. Hoje vamos fazer o Debate, a Assembleia tem vários documentos aqui em condições de poderem ser deliberados, se houver Deliberação da Assembleia, nesse sentido, será naturalmente um reforço daquilo que foi agora dito, mas vamos passar ao Debate.” ----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte informação:-----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Os Verdes agendaram este debate de atualidade por considerarmos fundamental que a Assembleia Municipal tome posição perante a intenção do Governo encerrar vários hospitais na cidade, reafirmada através de um ofício da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.-----

----- Este ofício diz-nos basicamente que, a pretexto da construção do novo Hospital de Lisboa Oriental serão encerrados ou desmantelados seis hospitais. O Governo assume mesmo que o Hospital dos Capuchos encerra e não fica ligado à saúde. Todos os outros, ou seja, São José, Santa Marta, Estefânia, a Maternidade Alfredo da Costa e o Curry Cabral serão transferidos e desmantelados. Diz o Governo que se manterão ao serviço da saúde, mas nada mais adianta. -----

----- Podemos mesmo dizer que estamos perante um presente envenenado. Para Lisboa ter finalmente um novo hospital na zona oriental, que é necessário, tem que abdicar dos hospitais localizados no centro histórico e isto é inaceitável. Recorde-se que a expressiva maioria das opiniões manifestadas no debate sobre a Colina de Santana, realizado nesta Assembleia em 2014, foram claramente contra a desativação destes hospitais. -----

----- Além disso, esta informação não vem acompanhada de estudos, não há dados concretos, apenas se sabe que a palavra de ordem é desativar, e sobre o novo hospital pouco ou nada é dito. -----

----- Como se não bastasse, do ponto de vista da saúde não se conhece qualquer estudo que justifique esta decisão, tal como não se conhecem estudos de impacto sobre a desativação destas unidades, que têm especialidades únicas no país, ao nível das populações afetadas. -----

----- Relembremos que na cidade já foram encerrados os seguintes Hospitais: Desterro, em 2007, Miguel Bombarda, em 2011 e S. Lázaro em 2012. Antes disso, já tinha encerrado o Hospital de Arroios. Se não fosse a contestação que entretanto surgiu, também os hospitais da Colina de Santana estariam já encerrados. -----

----- E, se não é por questões ligadas à saúde, qual a razão para o Governo querer encerrar estes hospitais? -----

----- Uma colossal negociata. Só isso justifica a venda, em 2009, dos Hospitais da Colina de Santana à ESTAMO para dar lugar a projetos imobiliários de luxo. Com esta venda, o Estado paga todos os anos 6 milhões de euros à ESTAMO para continuar a utilizar estes hospitais. Neste momento, o Estado já pagou cerca de 40 milhões em rendas. -----

----- E qual o papel da Câmara Municipal de Lisboa em todo este processo? -----
----- Além de ter sido totalmente conivente com a tentativa de encerramento dos hospitais, chegou mesmo a viabilizar os tais projetos. Mas ainda foi mais longe nesta generosidade para com os especuladores imobiliários. Em 2012 procedeu a uma revisão do PDM que deu de mão beijada a pretendida mudança de uso do solo, permitindo adequá-lo à vontade do especulador.-----
----- O próprio Presidente da ESTAMO afirmou que era preciso mudar o uso do solo no PDM e assim foi feito. Ou seja, a Câmara além de conivente, tem sido cúmplice neste ataque brutal à saúde no centro histórico. E, neste ponto, é preciso esclarecer que também não são os anunciados centros de saúde, que Os Verdes defendem porque são fundamentais, que podem justificar esta razia sem precedentes. -----
----- Sobre o novo hospital apenas se sabe que se prevê entrar em funcionamento em 2023 e que terá 875 camas, número muito inferior às cerca de 1300 dos 6 hospitais do Centro Hospitalar Lisboa Central, que tem uma cobertura de primeira linha de 450.000 pessoas (não contando com a Maternidade Alfredo da Costa que abrange cerca de 230.000 pessoas). Um milhão e meio de habitantes é a área de cobertura total deste Centro Hospitalar. -----
----- Perante isto, ainda alguém achará sensato defender que o novo hospital servirá para substituir os hospitais existentes? -----
----- Colocamos ainda a questão de outra forma: ainda alguém acreditará que o verdadeiro motivo por que o Governo quer encerrar estes hospitais é por questões de saúde?-----
----- Os Verdes defendem que o novo hospital, que é necessário, voltamos a dizê-lo, e que importa garantir que terá uma gestão pública, servirá como complemento às unidades hospitalares existentes na cidade, face às graves e conhecidas carências a nível dos cuidados de saúde, e nunca justificar o seu encerramento ou desmantelamento. -----
----- Esta Assembleia deve, na opinião de Os Verdes, defender a construção do novo hospital sem que esse facto sirva de moeda de troca para liquidar os hospitais da cidade. Se a condição for essa, estamos mesmo perante um presente envenenado e esse pressuposto deve ser rejeitado.-----
----- A autarquia deve defender, sem condições e sem moedas de troca, o direito à saúde por parte dos lisboetas. -----
----- Estamos, portanto, perante a oportunidade de a Assembleia e a Câmara decidirem se estão do lado das populações, do seu direito à saúde e se se vão demarcar de um negócio que lesa o interesse público e a cidade ou se vão ser cúmplices deste enorme erro! -----
----- E é esta decisão que está nas mãos dos senhores deputados. Obrigada.”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigada Senhora Deputada, vamos conseguir. -----
----- Senhores Deputados, apenas para vossa informação, a grelha deste Debate é cinco minutos para quem inicia o Debate e depois cinco minutos para todas as outras forças

políticas, incluindo a força política que iniciou o Debate e também a Câmara se assim o quiser.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte informação: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Executivo, Senhores e Senhoras Deputadas, Público presente. -----

----- Por iniciativa d’Os Verdes temos oportunidade de, novamente, debater um assunto que é da maior importância para a cidade: o futuro, em concreto, das unidades hospitalares de Lisboa central, sendo certo que é um debate que tem, necessariamente, que abordar a questão do novo hospital de Lisboa oriental. -----

----- Aliás, ele é suscitado pela resposta do Ministério da Saúde, que data de 7 de julho, às questões colocadas pela Presidente da Assembleia Municipal a 19 de junho; lembramos que, aquando do debate temático nesta assembleia sobre a Colina de Santana muitas destas questões foram também levantadas por vários grupos municipais, incluindo o Bloco de Esquerda, que também já questionou o Ministério sobre os planos para o novo Hospital de Lisboa Oriental, com mais detalhe do que aquilo que tem vindo a ser público, bem como sobre o que está pensado para os serviços hoje existentes nos Hospitais de Lisboa Central e as respostas continuam a não ser muito claras. -----

----- Fazendo um pouco de história sobre este debate, em novembro de 2013 foi proposto nesta casa um debate temático sobre a Colina de Santana, nomeadamente sobre o futuro patrimonial dos locais onde hoje existem os hospitais São José, Miguel Bombarda, Santo António dos Capuchos, Desterro e Santa Marta. -----

----- Existiriam 5 sessões temáticas, onde se reuniram especialistas e onde todos os grupos municipais puderam participar. Importa realçar que, apesar do debate profícuo e de, nas conclusões votadas na deliberação 65/AM/2014 constar que é preciso, e cito, “*garantir que mais nenhum hospital da Colina de Santana feche sem estar construído e a funcionar o prometido Hospital de Todos os Santos, em Marvila*”, bem como constava a necessidade de “*exigir a divulgação do plano do Ministério da Saúde para a reorganização da rede hospitalar da cidade de Lisboa*”, apenas obtemos algumas respostas do ministério em julho de 2017, ou seja, cerca de 3 anos depois da aprovação das conclusões do debate temático. -----

-----Algumas das preocupações que foram levantadas pelo Bloco de Esquerda na altura mantém-se e outras, até, se aprofundam com a resposta do ministério ao ofício da presidente da Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Consideramos que a resposta que o ministério nos deu é bastante preocupante, a título de exemplo é dito na resposta que os serviços prestados pelo Hospital Dona Estefânia serão transferidos para o novo hospital, não dando qualquer garantia sobre a Unidade de Cuidados Continuados Integrados Pediátricos (a redação diz, e cito, “podendo, eventualmente”), abrindo o espaço a “*organizações que trabalham em prol das crianças*”. Esta resposta é claramente insuficiente e é contrária aos interesses do próprio hospital Dona Estefânia e de todas as entidades envolvidas. -----

----- Sobre a Maternidade Alfredo da Costa: indica que vai ser transferida e o atual edifício será colocado em prol da Saúde; isto não diz absolutamente nada de concreto nem é uma resposta satisfatória por parte de um ministério. -----

----- O Hospital dos Capuchos não será dedicado a saúde, não dando qualquer outra resposta, e o Hospital de São José passará a hospital de proximidade. -----

----- E aqui o Bloco de Esquerda encontra problemas nestas respostas: -----

----- Em primeiro lugar o Ministério admite a passagem de praticamente todos os serviços hoje prestados no Centro Hospitalar de Lisboa Central para o de Lisboa Oriental, o que nos parece manifestamente exagerado nem dá garantia de um serviço de qualidade porque vamos ter um novo Hospital que a título de exemplo terá menos camas do que aquelas que existem atualmente o que, portanto, é um exagero; -----

----- Em segundo lugar, na grande maioria, não garante qualquer permanência dos espaços atuais serem utilizados para a prática de saúde, nem tão pouco, como chegou a ser proposto, a reversão para um museu da medicina. -----

----- Ressalva das respostas dadas que o património deixado pelo Centro Hospitalar de Lisboa Central está, desta forma e novamente, à mercê da especulação imobiliária. ----

----- Aliás, foi isso mesmo que despoletou o debate em torno da Colina de Santana! ---

----- Consideramos que, independentemente da urgência real do novo Hospital de Lisboa Oriental, continua a existir uma indefinição premeditada sobre o destino dos hospitais centrais que não responde aos interesses da cidade nem dos seus munícipes!

----- Não é aceitável que não exista, ainda, um plano sério e aprofundado para estes equipamentos, nem tão pouco que se encerrem muitas das valências e características importantes de alguns destes hospitais. Conseguimos, infelizmente, concluir que o apetite pelos terrenos da Colina de Santana não foi apaziguado, bem pelo contrário. ----

----- Neste preciso momento, não existe qualquer garantia que estes espaços se mantenham públicos ou ao serviço da saúde e das populações. -----

----- Por isso, achamos que deste debate de atualidade devem sair posições claras no sentido de, em primeiro lugar, exigir um plano concreto e pormenorizado para os equipamentos do centro hospitalar de lisboa central e, em segundo lugar, da manutenção destes em esfera pública, seja para saúde seja para equipamentos museológicos e/ou culturais ao serviço da cidade. -----

----- Uma última nora Senhora Presidente, na proposta de deliberação do Bloco de Esquerda no ponto 4 dizer que temos uma gralha e falta-nos acrescentar “a Maternidade Alfredo da Costa” às que estão indicadas no ponto 4 da Deliberação. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Mesmo em fim da campanha de 4 anos de batalha voltamos a um tema que sempre começámos e sempre acompanhámos e nunca deixámos de denunciar esta situação. -----

----- A proteção e a promoção da Saúde é de um direito constitucional da responsabilidade do Estado, cabe ao Governo Central e à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo desenvolver todas as políticas de saúde e, em particular assegurar os cuidados de saúde quer primários quer diferenciados e ainda os ditos cuidados continuados na Cidade. -----

----- No entanto, Lisboa não beneficiou de nenhum investimento relevante nos últimos anos, antes pelo contrário, foi alvo de um processo liquidacionista das estruturas hospitalares existentes, conjuntamente com o abandono dos Centros da Saúde existentes. -----

----- A Saúde, na cidade de Lisboa, continua a sofrer a influência negativa no seu desordenamento territorial, da especulação imobiliária, de cada vez maior desigualdade social, da falta de condições de habitabilidade e vida digna muitos bairros, alguns municipais, e ainda em particular do elevado desemprego, da pobreza que atinge muitos lisboetas, nomeadamente os mais velhos e isolados. -----

----- Se os fatores sociais, protetores contra a doença e promotores da saúde na cidade tendem a não melhorar é expectável que as necessidades em saúde sejam crescentes e para isso torna-se necessário e imperioso desenvolver serviços de saúde de proximidade efetivos e qualificados. -----

----- O Município de Lisboa é na Área Metropolitana de Lisboa, o mais mal servido de Centros de Saúde de raiz instalados condignamente, Lisboa é o Município da Área Metropolitana que tem a pior rede de cuidados de saúde primários, das piores assistências na doença. A maioria das suas instalações são velhas e mal adaptadas a Centros de Saúde, são em grande parte tiradas do tempo da Caixa, para além de instalações pouco dignas, tem-se verificado uma crónica falta de médicos de família e outros profissionais, tendo de atingido até recentemente 150 mil utentes sem médico de família na nossa Cidade. -----

----- O PCP conheceu outras realidades, sempre se bateu pelo Município de Lisboa e o seu Executivo assumissem a defesa junto do Poder Central da instalação de novos Centros de Saúde na Cidade. -----

----- Durante os últimos mandatos autárquicos os Vereadores e Deputados Municipais do PCP e do Partido Ecologista os Verdes fizeram regularmente intervenções públicas em defesa dos Serviços de Saúde da Cidade. Partindo de um diagnóstico evidente da falta de estruturas e de equipamentos de cuidados de saúde primários, por diversas vezes, insistimos que sendo o Poder Central a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, o Gabinete do Ministro da Saúde responsáveis pelos Serviços de Saúde de Lisboa lhes cabia corresponder às necessidades manifestas da população da Cidade, instalando novos Centros de Saúde, mantendo os atuais, e evidentemente, criando o novo Hospital para a população oriental da cidade, assumindo também a responsabilidade das Freguesias Limítrofes do Concelho de Loures, sem que isso seja

feito à custa do encerramento de hospitais conceituados e considerados de excelência, com prémios internacionais, como tiveram os Hospitais Cívicos de Lisboa recentemente.

----- Na luta continuada das populações por Centros de Saúde e pela defesa dos Hospitais permitiu evitar o completo encerramento e finalmente obrigou o Governo PS a definir um cronograma demonstrativo de projetos de modernização de infraestruturas e equipamentos do SNS para a Cidade de Lisboa no período 2017 a 2019. -----

----- Em resposta a uma pergunta escrita do PCP, em Outubro de 2016 e às exigências populares corresponderam então com uma proposta global de execução de 16 novas unidades de cuidados de saúde primários ou Centros de Saúde que irão substituir os velhos equipamentos e instalar em locais carenciados, já há muito assinalados. -----

----- Trata-se de um primeiro êxito da persistência e da luta popular, que veio tomar a forma pública de um protocolo assinado entre o Governo e o Executivo do PS, que por mais que queiram reclamar o crédito de tal desígnio, para ele pouco contribuíram. -----

----- Os cuidados primários de saúde da cidade têm de ser amplamente discutidos ao nível Camarário e muito particularmente na Assembleia Municipal, trazendo as populações à discussão, precisamos de uma nova Carta de Equipamentos da Saúde da Cidade que inclui não só os cuidados de saúde primários, como também os cuidados hospitalares...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado, naturalmente vou deixá-lo concluir, que o PCP cumpre sempre muito rigorosamente os tempos, mas de qualquer maneira já terminou o seu tempo.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “Muito obrigado, finalmente, a questão do Hospital Oriental de Lisboa precisa de ser discutido no contexto da Cidade e não à pressa em fim de mandato, a Carta Hospitalar de Lisboa e da Área Metropolitana está por elaborar, é um ponto sem divisão de responsabilidades e sem hierarquia dos hospitais, -----

----- E, finalmente, para concluir falta a um estudo aprofundado do impacto do encerramento dos Hospitais na Colina de Santana e da construção do novo hospital. ---

----- Vão-se reduzir as camas, os gabinetes, os blocos operatórios e menos 3 mil funcionários, menos 3 mil funcionários! Será um *tsunami* social no centro da Cidade, esperemos que mesmo em fim de Mandato, início do próximo, talvez seja altura de dizer que “água dura em pedra mole tanto dá até que fura”. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, cidadãos e cidadãs. -----

DRAFT

----- Assegurar o direito à saúde de todos os que vivem ou se encontram em Lisboa é para nós uma preocupação fundamental. -----

----- Durante todos estes 4 anos, temos participado empenhadamente em todos os debates que se têm realizado nesta Assembleia sobre esta matéria, sempre preocupados em assegurar as melhores condições para que este direito seja efetivamente assegurado. -----

----- Temos motivo para considerar que neste mandato autárquico, quer esta esta Assembleia Municipal quer a Câmara Municipal de Lisboa se empenharam em dar um contributo positivo para dar resposta do acesso à saúde dos cidadãos. -----

----- No quadro desta Assembleia não esquecemos o Debate Temático sobre a Colina de Santana e a deliberação aprovada por maioria de que votámos favoravelmente todos quantos foram aprovados. -----

----- A nível do Município não esquecemos o Plano de Desenvolvimento de Saúde e Qualidade de Vida da Cidade de Lisboa, que é um instrumento de definição e execução de políticas, projetos e ações relacionadas com a promoção da saúde, a melhor da qualidade de vida urbana e a prevenção de doenças na cidade de Lisboa. ----

----- Este plano esteve, aliás, na origem do protocolo entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Ministério da Saúde, relativo à rede de cuidados de saúde primários, no quadro do Programa Lisboa SNS Mais Próximo, que permitirá nos próximos anos a construção de 14 novos equipamentos saúde, que correspondem a 21 unidades de saúde, que pretende dar resposta a cerca de 305 mil e 900 utentes. -----

----- Saudamos o empenhamento crescente do Município nesta matéria sem prejuízo do essencial das competências e da obrigação de intervir pertencer ao Estado no quadro do Serviço Nacional de Saúde. Há que ir mais longo quer em matéria de rede hospitalar quer no que se refere aos cuidados continuados. -----

----- Há muito que não é construído um novo Hospital em Lisboa e permanecem dúvidas que não consideramos esclarecidas pela carta da Presidente à ARS de Lisboa sobre o destino dos antigos hospitais. -----

----- Defendemos a construção urgente do novo Hospital de Todos-os-Santos e a participação ativa do Município na promoção de rede de saúde integrada e abrangente. -----

----- A realização deste debate da atualidade permite sinalizar uma preocupação, mas o debate informando e aprofundado sobre esta matéria já só se é possível realizar no quadro da Assembleia que venha a ser eleita após as próximas eleições e é tanto mais necessário quanto se quanto em revisão a Carta de Equipamentos de Saúde de Lisboa. -----

-----Aguardamos a resposta à carta enviada pela Senhora Presidente desta Assembleia que coloca as questões pertinentes de que temos direito a obter a adequada resposta e dá conta de deliberações desta Assembleia que não devem ser ignoradas. -----

----- Consideramos que sem a resposta do Ministro da Saúde, não faz sentido aprovar na sequência deste debate novas deliberações. Não tomamos como válidas algumas afirmações, que nos foram comunicadas e que efetivamente, pela Presidente da ARS, e que pretendemos rediscutir. Naturalmente que reiteraremos tudo o que votámos anteriormente na deliberação relativa à Colina de Santana e defendemos, naturalmente a construção urgente do novo Hospital. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente da Assembleia, Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Caro Público.-----

----- Nos últimos tempos foi preocupação desta Assembleia, e do conjunto dos partidos aqui representados, saber em que termos seria estruturada a Carta de Saúde de Lisboa e principalmente o que aconteceria às unidades que integram o Centro Hospitalar de Lisboa Central, instalados maioritariamente na Colina de Santana. Discutiram-se vários temas, da saúde à especulação imobiliária, ou principalmente estes. -----

----- Da parte do CDS sempre apoiámos a construção do futuro Hospital de Lisboa Oriental apesar de algumas reticências em relação ao local previsto de construção por este assentar sobre uma falha sísmica. É, contudo um hospital necessário e não podemos ignorar que o investimento feito nas unidades da Colina de Santana esteve sempre condicionado à futura construção deste novo equipamento que vai beneficiar toda a cidade. -----

----- Recordamos aqui um dos pontos mais sensíveis que tinha a ver com o Hospital pediátrico e que segundo a opinião da comunidade científica afeta a esta matéria, nomeadamente do Dr. Gentil Martins, o mesmo deveria constituir-se como unidade autónoma, próxima do novo hospital, e não como parte integrante do mesmo, como está projetado. Também chamámos à atenção para o facto de os terrenos do Hospital Dona Estefânia terem sido doados para estarem ao serviço da criança e que assim deveriam permanecer, constituindo, por exemplo, um centro para crianças em risco ou unidades de cuidados continuados e paliativos. -----

----- O recente documento sobre a Rede de Equipamentos Hospitalares de Lisboa mostra que dos 6 equipamentos que integram o Centro Hospitalar Lisboa Central só o Hospital dos Capuchos será desafetado ao serviço de saúde pelo que as interrogações inerentes aos serviços de saúde de proximidade segundo o ofício do Ministério, não nos sossegam. É pouco claro. -----

----- Evoco aqui a memória do meu Pai que foi o fundador da primeira unidade de queimados do nosso País no Hospital de Santa Maria, para referenciar que uma das maiores carências a nível hospitalar prende-se com o Internamento de queimados, porque se trata de um internamento muito específico, de longa duração e em ambiente asséptico e isolado. -----

----- Há uns meses, um doente queimado num acidente de trabalho na zona de Lisboa teve de ir de helicóptero para ser internado no Porto por falta de vaga precisamente no Centro Hospitalar de Lisboa Central. -----

----- O CDS relembra também o drama social que se vive em muitos hospitais de todo o País, em que doentes, particularmente os mais idosos mas também os mais jovens, não têm para onde ir, nem quem os vá buscar. O Centro Hospitalar de Lisboa Central é

o recordista nacional deste drama e só no ano passado contabilizou 198 doentes com alta adiada por motivos socioeconómicos. Em pleno coração de Lisboa e no Século XXI temos pessoas saudáveis de todas as idades a viver temporariamente em hospitais. -----

----- Mas acima de tudo e sobre este tema em apreço, é imperioso que Lisboa seja ouvida quer os seus órgãos autárquicos quer a população. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Paulo Mendes (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Portanto eu cumprimento os Senhores Deputados e a Mesa. -----

----- E na minha intervenção vou, de uma intervenção que tinha planeado, tinha escrito, eu vou prescindir dela no sentido de que a maioria, grande parte da totalidade, do que ia dizer já foi referida aqui pelas diversas intervenções ad diversas representações partidárias. -----

----- O ponto essencial, a primeira coisa que quero deixar claro é que a minha ligação ao sistema deve-se como profissional, como sabem, do Hospital Dona Estefânia, e as consequências nefastas de que a atual reforma hospitalar inevitavelmente terá, se com a construção do futuro Hospital de Todos-os-Santos não for contemplada a existência de um hospital pediátrico autónomo. -----

----- Sabe-se hoje que em todas as referências, em todas as capitais europeias e faz parte das redes de referência, a existência de hospitais terciários, pediátricos ou centros materno-infantis num contexto de cidades, de centros hospitalares. -----

----- O futuro hospital dentro dessa perspetiva é um hospital generalista, é um hospital do tipo distrital, é um hospital que não contempla circuitos, os circuitos pediátricos, que não contempla a especificidade pediátrica em todas as suas vertentes, é um hospital que assume a rentabilização de espaços, que assume a promiscuidade de haver consultas nos mesmos espaços, sem espaços diferenciados, a crianças e a adultos, a existência de blocos operatórios comuns, a inexistência de equipas especializadas. -----

----- Notamos e saliento que este projeto é um projeto de uma parceria público-privada, sim, de início, é um projeto que foi elaborado no sentido da rentabilização dos espaços por uma multinacional, que é a InterSalus, que neste momento domina a rede e os projetos de concessões hospitalares no País, é um projeto que não tem a ver com necessidades dos doentes mas sim com a rentabilização do espaço por um hospital privado que dê lucros. -----

----- Finalizando, quero informar com orgulho que o Hospital a que pertenço fez no passado dia 17 de julho 140 anos e que houve uma reunião numa sessão extraordinária, o corpo clínico manifestou unanimemente perante o Conselho de Administração que não aceitaria a construção de um novo espaço hospitalar que não fosse privilegiada ao mesmo tempo a construção de um centro hospitalar materno-infantil diferenciado, como existe aliás em todos os países europeus. -----

----- Gostaria de em nome, não em nome porque não estou em representação, mas como membro da plataforma cívica que defende o hospital pediátrico, de convidar a todos os Senhores Deputados de forças partidárias que nos ajudem para que não se leve avante um projeto de um hospital que venha aniquilar a assistência hospitalar pediátrica terciária em Lisboa, e digo pediátrica e materno-infantil, em que se deu o primeiro passo com a destruição da Maternidade Magalhães Coutinho, no Hospital Dona Estefânia, que era de excelência. Tenho dito.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“ Muito obrigado Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Público em geral e Imprensa.-----

----- Este tema do grupo hospitalar do centro de Lisboa vem mais uma vez interpelar-nos quanto à nossa capacidade de resistência, é de resistência que se trata quando passámos meses a discutir a Colina de Santana, pensámos que poderia ter servido alguma coisa as recomendações que foram feitas, as recomendações que foram sendo feitas ao longo dos anos relativamente às várias instituições, à Maternidade Alfredo da Costa, ao Hospital Dona Estefânia, e aquilo que vemos, neste momento, é aparentemente uma tentativa de vencer esta Assembleia pelo cansaço.-----

----- O Hospital Oriental é uma necessidade da Cidade! Agora aquilo que a Senhora Presidente referiu de nos estar a ser colocado um dilema inaceitável também é verdade! E é tão verdade que eu acho que todos os Deputados devem a ponderar se querem que com o seu voto, quando for discutido este assunto relativamente aos terrenos, se querem assinar a sentença de morte definitiva dos Hospitais do Centro de Lisboa.-----

----- Eu relembro que quando em 2014, salvo erro, discutimos pela primeira vez a Colina de Santana todos nós apresentámos as nossas as nossas propostas, as opções que surgiam e eu relembro que na altura o PAN admitiu a possibilidade ser feita uma reestruturação dos Hospitais do Centro de Lisboa, uma reestruturação no sentido da otimização de recursos, no sentido de criarem, portanto, um hospital polivalente tendencialmente no Hospital São José e, portanto, no fundo a reforçar uma unidade no Centro de Lisboa que pudesse dar resposta a toda esta zona e ainda às zonas do País que está já neste momento a dar apoio.-----

----- Essa tentativa de reestruturação proposta por nós não foi acolhida e estamos numa jogada de tudo ou nada, aquilo que a ARS vem propor em poucas linhas, pôr Hospital como discrição, é na realidade dizer-nos, “aprovem lá e se para o Hospital Oriental que, entretanto, isto volta para a Estamo e acabou-se a história” e, portanto, mas isso não iremos com certeza aprovar, não iremos aprovar a destruição completa dos Hospitais do Centro de Lisboa e, portanto, não admitiremos que o centro de Lisboa fique pior do que se encontra neste momento, em termos hospitalares, que será

o que é que vai acontecer se o Hospital Oriental for para a frente à custa dos outros hospitais. -----

----- Nós aprovamos e desejamos que o Hospital Oriental seja construído, mas não à custa do fechar dos restantes hospitais e muito menos da última urgência que existe no Centro de Lisboa, portanto, reforçamos as propostas que tínhamos feito na altura da Colina de Santana, a reestruturação, sem dúvida, otimização de recursos, sem dúvida, acabar com tudo à custa do novo hospital, certamente que não! Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Muito obrigado Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Vala (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos. O PSD não pode deixar de achar absolutamente sintomático que, na última semana de julho e sabendo nós que, em setembro já não vamos discutir estas matérias, se volte a matéria da Colina de Santana. -----

----- Parece que foi ontem a 1ª vez que debatemos aqui a questão da Colina de Santana e eu recorro que foi um dos debates que mais motivou as pessoas, nós tivemos sempre salas cheias, médicos, enfermeiros, utentes, é um tema a saúde que mexe muito com os portugueses. Será talvez a saúde e a educação! É simples perceber porquê. São temas estruturantes nas nossas vidas, mas a verdade é que passámos aqui o mandato a falar da Colina de Santana, eu penso que é dos temas mais perenes desta Assembleia, houve comissões, houve visitas, houve imensas proclamações, mas a verdade, a verdade dos factos é só uma, nós estamos no final do mandato como estávamos no início do mandato, exatamente na mesma! -----

----- Ou seja, um novo hospital à espera de ser construído e meia dúzia de hospitais que são aqueles que todos nós sabemos, cujo destino está traçado há muito e nós aqui a fazemos este tipo de proclamações, a verdade é que há um hospital para ser construído e apesar de ser um assunto que nos ocupou o mandato inteiro, continuamos hoje aqui a dizer e a aduzir exatamente os mesmos argumentos, com uma diferença, que não é de somenos, é que em 2015, vai para 2 anos, aconteceu uma mudança legislativa e uma mudança do Governo e a Troika e o Governo de Passos Coelhos e do CDS, que tinham as costas largas e, portanto, tudo se justificava com a austeridade e com a Troika, era uma belíssima desculpa! Agora ela deixou de existir vai para 2 anos e este é que é o problema desta Assembleia, é que o hospital que está para ser construído ou se ergue! -----

----- Este é que é o incómodo aqui patente hoje, esse é que é o problema desta Assembleia, porque o problema permanece mas o Governo é um Governo das Esquerdas e isso muda tudo! -----

----- Em relação a esta Assembleia, nós discutimos aqui em termos de mandato da Saúde, o balanço para fazer, são 4 anos em estereis da discussão vã sobre o novo hospital e uma promessa vaga feita pelo Senhor Presidente da Câmara de Lisboa, que não está cá hoje, de 30 novos Centros de Saúde, em termos de saúde, em termos de Lisboa, em termos deste mandato e da Assembleia Municipal são as duas únicas

coisas que ouvimos! Um debate estéril sobre o novo hospital e uma promessa para 30 novos Centros de Saúde! Foi isto que aconteceu em termos de Lisboa no mandato inteiro, não há mais nada! -----

----- A nível do País, a nível do País, aquele que nós ouvimos sobre a saúde antes era austeridade agora tem o nome, são cativações. São cativações! A notícia mais recente que tivemos sobre saúde foi a da MAC, veio há poucos dias, falta de recursos, falta de enfermeiros, atrapalhação. Antigamente faziam-se marchas e manifestações, agora é o silêncio, percebe-se um incómodo! -----

----- Nesta assembleia. Nesta assembleia o PCP... O desconforto da esquerda é de tal ordem que ainda hoje ouvimos aqui o PCP, os Verdes, o Bloco de Esquerda e agora também o PAN a dizer esta coisa absolutamente estarrecedora: 1- querem os 30 Centros de Saúde prometidos por Medina; 2 - querem a continuação da existência dos 7 hospitais a funcionar e pasme-se; 3- querem a construção do novo hospital. Isto não é sério! Isto não é sério! Não é sério na Assembleia da República onde não apresentam Moções de Censura ao Governo, se é isto que acham, nem é sério aquilo que fazem nesta Assembleia. -----

----- Não há dinheiro, repito, não há dinheiro, nós vivemos reféns das cativações para manter os 7 hospitais e a construção do novo hospital, temos de ser sérios. Ou há uma coisa ou há outra, não há dinheiro para isto tudo! Eu compreendo o vosso desconforto, há eleições em outubro, mas aquilo que se está a passar nesta Assembleia não é sério! Em termos de mandato foram 4 anos a discutir o sexo dos Anjos dos hospitais, 4 anos nisto mais uma promessa de 30 milhões, feita pelo Fernando Medina, o Presidente, para Centros de Saúde. -----

----- Não há dinheiro, a própria MAC não consegue funcionar, portanto, nós estamos aqui perante um facto que é consumado, que é o de manter os hospitais ou de construir um novo, aquilo que é dito pela Esquerda aqui não é verosímil, não há dinheiro para tudo, é óbvio que a posição do PSD perante um facto, que é consumado, os Senhores aqui a Maioria Socialista com o Intendentes já vai em 10 anos, portanto, quanto à posição do PSD é clara! É pela construção do novo hospital e faz votos para que Fernando Medina encontre efetivamente no Orçamento, até porque tem vendido muito, aumentado muito impostos e pedido muito dinheiro emprestado, que encontre Orçamento para fazer os Centros de Saúde. Muito Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Muito obrigado Senhora Deputada, usou tempo do CDS-PP. Vamos prosseguir. -

----- Peço desculpa, há um pedido de palavra para Defesa da Honra. Com certeza, Senhor Deputado Carlos Silva Santos, tem tempo para Defesa da Honra, depois a Senhora Deputada se quiser terá tempo para responder. -----

----- O PAN também pede Defesa da Honra e a Senhora Deputada depois, não está a ouvir mas depois logo se vê. Vamos a isto.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção em Defesa da Honra: -----

----- “Não aceitamos que atribuam ao PCP aquilo que não é do PCP! Nós ao defendermos o Hospital Oriental, claramente que é um hospital, que pensamos que seja hospital do tamanho do de Loures, que é um hospital de 350 camas e que abrange a população oriental do Concelho e as Freguesias limítrofes, são cerca de 200 a 250 mil habitantes e sendo 2 camas por cada mil habitantes é natural que saibamos o que queremos dizer com Hospital Oriental, esse não invalida o Hospital Central com valências super, porque é da Categoria 1, que está definido pelo Senhor Ministro na carta que mandou, a Categoria 1, que tem as ofertas Super-especialidades, é e o fim da linha para a maior parte dos doentes do Sul de Portugal. -----
-----Portanto, não confundir, não atribuir ao PCP aquilo que não é, é como eu costumo dizer, que há muito que comecei esta Assembleia, há muito, “não me digam que eu estou despenteado, porque dizer que eu estou despenteado é uma ofensa”. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Muito obrigado Senhor Deputado. O senhor Deputado do PAN também pediu a palavra para uma Defesa da Honra e eu peço para serem breves. A Senhora Deputada depois se quiser terá tempo para responder, se o solicitar.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte Interpelação à Mesa: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Não é propriamente uma Defesa da Honra, é para fazer uma Interpelação/Correção em relação ao que foi dito.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Mas uma Interpelação a quem?

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte Interpelação à Mesa: -----

----- “É uma Interpelação à Mesa no sentido...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“Vamos lá ver se é, então interpele lá.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte Interpelação à Mesa: -----

----- “Aquilo que o PAN tem defendido ao logo destes últimos anos é que seja feita uma reestruturação dos Hospitais da Colina de Santana.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Senhor Deputado, desculpe mas isso não é uma Interpelação à Mesa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte Interpelação à Mesa: -----

----- “Não, não, foi dito e foi afirmado que éramos pela manutenção de todos os hospitais, isso é falso! O PAN tem defendido a organização, reestruturação e otimização dos Hospitais da Colina de Santana.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“ Senhor Deputado ficou claro na sua intervenção. Muito obrigada. -----

----- A Senhora Deputada Sofia Vala tem direito de resposta, se assim o entender.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Vala (PSD)**, no uso da palavra respondeu o seguinte:-----

----- “Eu não creio que tenha sido infirmado nada daquilo que eu disse, ou seja, as recomendações, as deliberações, os documentos, as peças que nos foram entregues e nós vamos votá-las dizem, taxativamente, que querem a manutenção dos a dos hospitais que existem e a construção cumulativa de novo, -----

----- Aquilo que o PSD faz, e que os partidos de esquerda, mais o PAN, que eu não sei se é de direita ou se é de esquerda ou do centro, ou o que é, aquilo que fazem é populismo puro e duro, dizem assim, queremos os novos Centros de Saúde, os velhos Hospitais melhorados e um novo Hospital, o PSD não embarca nesta onda populista! Não existe dinheiro para fazer uma coisa destas, não obstante estarmos nas vésperas de eleições, não existe dinheiro.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“ Muito obrigada Senhora Deputada, ficou claro.-----

----- Senhores Deputados, vamos prosseguir, existe ainda um Senhor Deputado para falar e o PEV tem depois 5 minutos para fechar o Debate.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada Senhora Presidente, Mesa Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados, restantes presentes.-----

----- Sobre o debate de atualidade que estamos hoje a realizar sobre a unidade hospitalar de Lisboa Central, trazido pelo partido e pelo partido dos Verdes, e em jeito de fecho de ano, também podia ser no início no início do mandato ou no início deste ano, é igual porque a informação toda que temos e o que sabemos é o mesmo, mas no jeito de fecho de ano veio a propósito para que possamos levar a discussão mais uma vez, um assunto que, se calhar é uma perda de tempo, porque o os resultados não são nenhuns.-----

----- Mas agora passando à minha intervenção propriamente dita, os últimos anos têm sido marcados por um profundo desinvestimento nos cuidados de saúde aos lisboetas e aos que visitam a Cidade, bem como na retaguarda, na retaguarda de outros Hospitais Periféricos ou do Interior, com o objetivo que se a construir o novo hospital não se vai investir corretamente nos já existentes.-----

----- Fecharam um conjunto significativo de serviços. É uma meta definitiva sobre a construção do novo Hospital na Cidade, isto é, vamos construir um novo Hospital para fechar outros? Se calhar temos que transferir alguns serviços! Se calhar terá que

ser esse o Hospital de retaguarda, mas retiramos os serviços de saúde aos Lisboaetas? Retiramos o acesso dos Lisboaetas aos hospitais? -----

----- A proliferação de Hospitais Privados tem mostrado a necessidade que Lisboa precisa de mais cuidados de saúde de um 1º nível e vamos estar a fechar hospitais? Não vejo, não vejo o objetivo! Não manter as estruturas todas existentes, até porque algumas delas já apresentam degradação tanto de anos como de conceção para a visão da saúde atual, mas manter a 1ª linha hospitalar! -----

----- A resposta da ARS-LVT às comunicações desta casa, pretendia traçar linhas gerais sobre o futuro dos atuais hospitais que compõem o Centro Hospitalar de Lisboa e Lisboa central e o Centro Hospitalar Lisboa central a apontar para 2013, com a abertura do novo Hospital Oriental de Lisboa, mas a resposta que foi dada à Senhora Presidente, não pelo Senhor Ministro ao qual a Senhora Presidente fez a pergunta, mas por uma funcionária responsável, uma funcionária, tem hospital Dona Estefânia sete linhas que não dizem nada; para a Maternidade Alfredo da Costa duas linhas que também pouco dizem ou nada; para o Hospital Curry Cabral três linhas que nada dizem; para o Hospital de Santa Marta quatro linhas que pouco dizem; para o Hospital dos Capuchos duas linhas que não diz mesma, só dizem que não têm utilidade para aquilo e pronto, isto não é mesmo nada; e para o Hospital de São José três linhas que pouco dizem ou nada. -----

----- Pronto, e o resto do documento é uma descrição que se encontra em qualquer livro do que é que é um Hospital, por isso a resposta que nos foi dada aqui é estarem a gozar connosco na Assembleia, eu não consigo perceber esta resposta, nem consigo conceber que este momento sequer fosse que fosse enviada à Assembleia, daí a pertinência deste Debate de atualidade. -----

----- Defendemos uma maior consolidação e de ideias futuras a apresentar pelos atuais equipamentos, com outras valências na saúde, como cuidados primários, hospital de proximidade, cuidados continuados e paliativos e, eventualmente, ambulatório para ambulatório complementar ao novo Hospital Oriental pela sua pela sua localização versus onde a sua população reside.-----

----- Para fechar na nossa opinião a construção do Hospital Oriental não invalida alguns espaços destinados à saúde que existem na Colina de Santana, ou em Lisboa central, porque a população que existe em Lisboa...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Terminou o seu tempo, peço-lhe que conclua.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “ Vou concluir Senhora Presidente. -----

----- A construção no novo Hospital Oriental de Lisboa é um contributo essencial para a cidade de Lisboa, para a modernização da sua qualidade da saúde, mas não podemos esquecer que Lisboa é muito grande e que também faz apoio às estruturas interiores do País e também PALOP e ilhas, daí não há a necessidade de destruir todas as valências hospitalares da Colina de Santana. Disse. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Muito obrigado Senhor Deputado. A Câmara pediu a palavra. -----
----- O Senhor Vereador João Paulo Saraiva tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde todos. Só de forma muito curta, só para repor a verdade relativamente àquilo que foi dito. Não a aumentámos impostos, temos e os impostos mais baixos da Área Metropolitana de Lisboa! Eu sei que estou a perder tempo, porque o PSD por mais que nós expliquemos isto e que isto venha nos documentos, por mais que nós expliquemos isto e que venha nos documentos, os Senhores não querem ouvir porque, infelizmente colocaram os óculos eleitorais e, portanto, não conseguem ver em nada, mas dizia eu que temos...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Senhores Deputados façam favor de ouvir porque também estivemos a ouvir os Senhores Deputados tranquilamente.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não mudou nada, temos os impostos mais baixos da Área Metropolitana de Lisboa, em segundo lugar pedimos empréstimos para substituir empréstimos com maiores custos financeiros para menores custos financeiros, e pasme-se meus caros Senhores, é só leram o Anuário Financeiro das Autarquias Locais, continuamos a diminuir a dívida do Município e no último semestre, para além dos cerca de 50 milhões que diminuámos no ano passado, este ano só no 1º semestre já diminuámos mais 47 milhões, da dívida do Município. Podem certificar na DGAL que é uma entidade que permite que os Senhores não andem a dizer coisas que não são verdade. Muito obrigado. -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador, vamos prosseguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente. -----

----- Convém recordar que entre Dezembro de 2013 e Março de 2014, esta Assembleia organizou um debate temático com 5 sessões sobre a Colina de Santana, o qual permitiu uma alargada participação de especialistas, profissionais de saúde e do público em geral. Da sua apreciação seria produzido um sustentado relatório final contendo um conjunto de deliberações e conclusões sobre o presente e o futuro da Colina de Santana, designadamente dos Hospitais do Centro Hospitalar Lisboa Central. -----

----- Desta deliberação nº 65/AML/2014, aprovada na 19ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa de 25/3/2014, foram remetidas recomendações a diversas

entidades, desde a Administração Central e o Ministério da Saúde em particular, à ARS-LVT, às Universidades e à própria Câmara. -----

----- Destas relevamos, a título de exemplo, as dirigidas ao Governo, para que procedesse à criação de um Grupo de Trabalho com vista a identificar com celeridade as medidas indispensáveis à preservação das unidades de saúde da Colina de Santana, bem como garantisse a salvaguarda do património imóvel classificado desta Colina, incluindo todo o espólio e património cultural hospitalar. -----

----- Relevamos também as dirigidas diretamente à tutela, exigindo-se ao Ministério a pronta divulgação do Plano para a reorganização da rede hospitalar da cidade de Lisboa, o qual deveria ter em consideração, não apenas o sistema global de saúde do concelho de Lisboa, como de toda a região servida pelos atuais hospitais de referência, bem como assegurar que a reorganização da rede hospitalar da capital fosse preparada em articulação com o Plano de Emergência Municipal, ou ainda a garantia do desenvolvimento complementar de serviços de saúde de proximidade. -----

----- À Câmara era ainda requerido, por exemplo, o lançamento de um Plano de desenvolvimento local de base comunitária para toda a Colina, a preparar e gerir por um futuro Gabinete da Colina de Santana a ser criado. -----

----- A crítica generalizada que pende sobre as partes intervenientes radica na forma como o processo tem sido conduzido, sem diálogo e comunicação das deliberações. ---

----- Passados mais de 3 anos, onde estão implementadas aquelas medidas, que até ao momento nem sequer foram ainda publicamente apresentadas? O que têm andado a fazer a Administração Central e o Ministério da Saúde desde 2014 até à data? A ‘dormir na forma’, apenas à espera que os Grupos Municipais desta Assembleia, os profissionais da saúde e os munícipes se esqueçam das conclusões consensualizadas no referido debate específico? Tem ou não havido desrespeito por falta de prestação de informação a esta Casa da Cidadania, aos inúmeros intervenientes naquele debate e aos munícipes em particular? -----

----- As Comissões de Acompanhamento da Colina de Santana e dos Direitos Sociais e de Cidadania desta Assembleia tentaram, em vão, obter estes elementos de planeamento. A própria Senhora Presidente da Mesa também questionou diretamente o Ministério sobre a dimensão e valências do futuro hospital a construir, sobre o futuro da atual rede hospitalar de Lisboa e a sua articulação com as futuras redes de cuidados primários e continuados na capital. -----

----- Porém, deparamo-nos hoje, Julho de 2017, com uma lamentável lacónica resposta do Ministério, através do responsável máximo da ARS-LVT, sobre o futuro hospital de Lisboa Oriental e uma mão cheia de quase nada sobre o futuro das unidades de saúde do Centro Hospitalar Lisboa Central, onde continua a ser desconhecida a programação prevista pela tutela, à exceção de um premeditado e não justificado desejo de encerramento e desmantelamento das unidades hospitalares de Lisboa central. -----

----- Essa pretensão baseia-se em que estudos? Qual o plano global de saúde para a cidade de Lisboa? Qual o plano integrado hospitalar para o centro da capital? Qual o plano funcional do futuro Hospital Oriental? Onde está a quantificação efetiva dessa

pretensa reorganização funcional, se é que ela existe? Porque não é publicamente divulgada e largamente debatida? Onde estão os sugeridos grupos de trabalho? Porque não participam os decisores no ‘jogo da verdade’ ou será que têm medo de ‘Virgínia Wolf’? -----

----- Porque se pretende que a abertura deste futuro novo hospital implique o encerramento das restantes unidades hospitalares do casco histórico da capital, que integram o Centro Hospitalar de Lisboa Centro, quando eles podem ser vantajosamente complementares em especialidades e na sua diversidade de valências únicas na região metropolitana? Sê-lo-á apenas por motivos alegadamente urbanísticos ou também estritamente financeiros? Será que as pessoas, os cidadãos em geral e os utentes da saúde não passam de meros figurantes nesta antevisão de cenário dantesco sobre o destino da saúde na capital? -----

----- O Plano de Ação Territorial aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa admite ou não viabilizar a aniquilação, do mapa da capital, de pelo menos três hospitais públicos ainda em funcionamento, São José, Santa Marta e Santo António dos Capuchos? Existem ou não vorazes apetites imobiliários que se concentram sobre a área de implantação destes hospitais? Será que o solo da cidade serve apenas de fonte de negócios e de rendas para alguns, poucos, quando podia e devia ser uma fonte de riqueza e de usufruto em benefício de todos e das camadas mais desfavorecidas da população e dos utentes da saúde em particular? Há ou não que valorizar e manter na esfera pública o importante património histórico da Colina de Santana?-----

----- Os municípios precisam de uma outra política de saúde para a cidade de Lisboa. Faz falta um novo hospital na zona oriental de Lisboa? Com certeza que sim! Mas, para “Os Verdes”, tal não deve ditar uma cega sentença de morte para as restantes prestigiadas unidades hospitalares do centro da capital, que servem não apenas Lisboa, como o resto do País. -----

----- Daí que “Os Verdes” recomendem a este plenário que apele à Câmara e ao Governo que, com a construção do novo hospital oriental, reconsidere e sejam preservadas as Unidades Hospitalares que compõem a rede hospitalar de Lisboa e o Centro Hospitalar de Lisboa Central. Pela nossa saúde! Obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados, a senhora Deputada Sofia Vala pediu a palavra para uma Defesa da Honra na sequência da intervenção do Senhor Vereador João Paulo Saraiva e assim será feito, peço para sintetizarem o mais que puderem uma vez que já estamos a afastar-nos do tema do debate.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Vala (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção em Defesa da Honra: -----

-----“O Senhor Vereador fez uma intervenção para falar única e exclusivamente sobre os impostos e eu estava à espera que que ele me contraditasse na matéria do balanço que eu fiz da Saúde, não fez e eu estava à espera porque o Senhor Vereador costuma

dizer “ A direita, a direita, a direita” e uma vez que este mandato está a acabar, em defesa da honra “da direita, da direita da direita”, eu tenho-lhe a dizer que, nestes dois anos de cada vez que o ouvi dizer “a direita a direita, a direita” lembrei-me sempre dos cristãos-novos, que tinham de fazer muita prova daquilo que eram.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Deputada, eu peço desculpa mas o Senhor Vereador hoje não falou assim!”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Vala (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção em Defesa da Honra:-----

-----“Mas deixe-me dizer-lhe uma coisa, para terminar, vamos ver hoje quem vota o quê e de que forma, vamos ver hoje Senhor Vereador quem vai votar o quê e de que forma! Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Deputada, a Mesa naturalmente, a Senhora estava no uso da palavra, a Senhora dada invocou a declarações que não foram proferidas hoje e, portanto, invocou aqui mais um classificativo, eu pedia que nós terminasse este episódio e vamos tratar das votações, porque, de facto, estamos-nos a afastar a matéria em causa. Vamos prosseguir.-----

----- Senhores Deputados não havendo mais Senhores Deputados inscritos, nós temos 3 propostas de deliberação, temos 3 propostas para decidir, há uma proposta de deliberação apresentada pelo PCP, há uma recomendação apresentada pelo PEV e há uma proposta de deliberação apresentada pelo Bloco de Esquerda, portanto, eu tenho um pedido de votação por pontos relativamente a recomendação do PEV, é isso? Separar os primeiros dois pontos da proposta do Bloco de Esquerda, em separado os pontos, 1 e 2 da proposta do Bloco de Esquerda.-----

----- Portanto, vamos começar por ordem de entrada que foi a 1ª que se deu entrada, foi a proposta de deliberação do PCP que foi numerada com o número 2/PCP/2017 e não há pedido para votar por pontos, portanto, vamos votá-la. O PSD pede para votar por pontos a proposta do PCP, muito bem.-----

----- **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º. 2/PCP/2017 - “MANIFESTAR JUNTO DO GOVERNO A SUA PROFUNDA PREOCUPAÇÃO RELATIVAMENTE À PREVISÍVEL PERDA DE CAPACIDADE DE RESPOSTA DOS CUIDADOS DE SAÚDE DA POPULAÇÃO EM RAZÃO DO ENCERRAMENTO DAS UNIDADES DO CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA CENTRAL”.**-----

----- (A Proposta de Deliberação n.º. 2/PCP/2017 fica anexada a esta Ata como Anexo III e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos então votar ponto por ponto. Ponto 1. Votos contra do PS e do PNP. Não tem votos de abstenção. Votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN e IND. **O Ponto 1 Proposta de Deliberação n.º. 2/PCP/2017 foi aprovada por maioria.**-----

----- (O MPT não estava ausente na votação)-----
----- Vamos pôr à votação o Ponto 2. Votos contra do PS, PSD e do PNP. Votos de abstenção do CDS/PP. Votos a favor do PCP, BE, PEV, PAN e IND. **O Ponto 2 Proposta de Deliberação nº. 2/PCP/2017 foi rejeitado.**-----
----- (O MPT não estava ausente na votação)-----
----- Vamos pôr à votação o Ponto 2. Não há votos contra e nem abstenções. **O Ponto 3 Proposta de Deliberação nº. 2/PCP/2017 foi aprovada por unanimidade.**-----
----- (O MPT não estava ausente na votação)-----
----- Os Senhores Deputados Independentes apresentam declaração de voto. Muito bem.”-----
----- (O Grupo Municipal IND não apresentou a referida Declaração de Voto)-----
----- **RECOMENDAÇÃO (PEV) Nº. 3/150 – PELA DEFESA DAS UNIDADES HOSPITALARES DE LISBOA CENTRAL;**-----
----- (A Recomendação nº. 3/PEV/2017 fica anexada a esta Ata como Anexo IV e dela faz parte integrante)-----
----- Quanto a esta também Proposta de Recomendação também foi requerido que seja votada por pontos.-----
----- Senhores Deputados, há uma questão de respeito, eu entendo que quando estamos a votar estamos silenciosos a respeitar a opinião de toda a gente e depois há tempo para protestar antes ou depois, mas não durante!-----
----- Vamos pôr à votação o Ponto 1 da Proposta de Deliberação nº. 3/BE/2017. Votos contra do PS, PSD, CDS-PP, MPT e PNP. Não há abstenções. Votos a favor do PCP, BE, PEV, PAN e IND. Este **Ponto 1 foi rejeitado.**-----
----- Vamos passar ao Ponto 2. Votos contra do PSD, PS e PNP. Votos de Abstenção do CDS-PP, MPT e 1 IND. Votos a favor do PCP, BE, PEV, PAN e 5 IND. **O Ponto 2 foi rejeitado.**-----
----- Vamos passar ao Ponto 3. Votos contra e de abstenção não há. **O Ponto 3 foi aprovado por unanimidade.**-----
----- Vamos passar ao Ponto 4. Votos contra e de abstenção não há. **O Ponto 4 foi aprovado por unanimidade.**-----
----- Vamos passar ao Ponto 5. Votos contra e de abstenção não há. **O Ponto 5 foi aprovado por unanimidade.**-----
----- Vamos passar ao Ponto 6. Votos contra e de abstenção não há. **O Ponto 6 foi aprovado por unanimidade.**-----
----- Vamos passar ao Ponto 7. Votos contra e de abstenção não há. **O Ponto 7 foi aprovado por unanimidade.**-----
----- **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº. 003/BE/2017 – PELO DESENVOLVIMENTO E EQUILÍBRIO DA REDE HOSPITALAR DE LISBOA;**-----
----- (Proposta de Deliberação nº. 003/BE/2017 fica anexada a esta Ata como Anexo V e dela faz parte integrante)-----
----- Esta é uma Proposta de Deliberação do BE que tem 5 pontos vamos votá-los todos um a um que é mais simples.-----

----- **O Ponto 1** vai set posto à votação. Não tem votos contra e nem abstenções. **O Ponto 1 foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **Ponto 2.** Não tem votos contra. Uma abstenção de 1 IND. Votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 5 IND. **O Ponto 2 foi aprovado por maioria.**-----

----- **Ponto 3.** Votos contra do PSD, PS, e PNP. Votos de Abstenção do CDS-PP e MPT. Votos a favor do PCP, BE, PEV, PAN, e IND. **O Ponto 3 foi aprovado rejeitado.**-----

----- Em relação ao Ponto 4 foi registado aqui oralmente pela indicação da Senhora Deputada “Maternidade Alfredo da Costa”.-----

----- **Ponto 4.** Votos contra do PSD, PNP, PS, e CDS-PP. Votos de abstenção do MPT. Votos a favor do PCP; BE, PEV, PAN e IND. **O Ponto 4 foi aprovado rejeitado.**-----

----- **Ponto 5.** Não há votos contra e nem abstenções. **O Ponto 5 foi aprovado por unanimidade.**-----

----- Terminámos esta parte dos nossos trabalhos e agora vamos passar.... O Senhor Deputado Miguel Santos tem a palavra para uma Declaração de Voto.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguem Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte Declaração de Voto oral:-----

----- “ *Muito obrigado Senhora Presidente. É uma declaração referente às 3 propostas que foram apresentadas e aquilo que temos de dizer é que para que possa ser feita uma reestruturação dos Hospitais da Colina de Santana é preciso que a propriedade a esteja garantidamente do lado do Estado, de outra forma estamos a decidir reestruturar em propriedade alheia.*-----

----- *Foi nessa medida que propusemos a reversão dos hospitais, para que possa ser feito um estudo, que nunca foi apresentado ainda a esta Assembleia. Muito obrigado.*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados, terminámos este ponto da nossa Ordem de Trabalhos.-----

----- Vamos passar o ponto 2, eu cabe-me pedir desculpa aos Senhores Peticionários que estão aqui à espera, estava previsto que isto fosse às 4 horas, porque estamos já quase como hora de atraso, mas compreendem que a dinâmica das Assembleias, por vezes, demora um pouco mais e, portanto, pedindo desculpa por este atraso, vamos apreciar a petição 12/2017 que tem a ver com o futuro da Fundação Celeste Herberto Miranda, Universidade Internacional da Terceira Idade. Temos um relatório da 7ª Comissão Permanente e uma Recomendação.”-----

----- **PONTO 2 - APRECIACÃO DA PETIÇÃO 12/2017 - FUTURO DA FUNDAÇÃO CELESTE HERBERTO DE MIRANDA – UNIVERSIDADE INTERNACIONAL PARA A TERCEIRA IDADE, NOS TERMOS DA MESMA, AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA-BASE: 51**

MINUTOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES:-----

----- **Relatório e parecer da 7ª Comissão Permanente:**-----

----- **Recomendação 1/150 (7ª CP):**-----

----- (A Petição 12/2017 fica anexada a esta Ata como Anexo VI e dela faz parte integrante)-----

----- (O Relatório e Parecer da 7ª. Comissão Permanente fica anexada a esta Ata como Anexo VII e dela faz parte integrante)-----

----- (A Recomendação 1/150 (7ª. CP) fica anexada a esta Ata como Anexo VIII e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos então dar a palavra à Senhora Dona Maria Isabel Serradas, creio eu, em nome dos 421 peticionários.”-----

----- **A Peticionária Senhora Dona Maria Isabel Serradas,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, boa tarde Membros da Assembleia, Caros Alunos da UITI .-----

----- Estou aqui mais uma vez, como tem vindo a ser hábito, de defender um projeto que acompanho e no qual acredito, a Fundação Celeste Herberto Miranda, mais conhecida pela o UITI, Universidade Internacional para a Terceira Idade.-----

----- Foi com esse intuito que realizei junto de alguns alunos, a petição que foi aqui mencionada 12 /2017, “O Futuro da Fundação Celeste Herberto Miranda, a UITI.-----

----- Tenho acompanhado ao longo destes anos, o trabalho que é feito com muito mérito, sem qualquer recurso a subsídios ou ajudas externas, trabalho esse que acarinha, desenvolve e ampara centenas de seniores contribuindo desta forma para a inclusão social da 3ª idade e ajudando a que Lisboa, a nossa Lisboa, a Lisboa de todos, faça parte da rede das cidades amigas das pessoas idosas, sendo efetivamente uma cidade onde se envelhece ativamente e com qualidade.-----

----- Atualmente a UITI é gerida pela Fundação Celeste Herbert Miranda, tem cerca de 800 alunos e mais de 77 professoras voluntárias, conta com 90 disciplinas, sendo um dos maiores projetos de voluntariado ativo em Portugal.-----

----- Este projeto pioneiro enquadra-se igualmente na resolução de Conselho de Ministros número 76/2016 que reconhece a importância das universidades seniores e que aconselha a sua implementação e acarinamento das mesmas dando-lhe condições para exercerem o seu trabalho por parte dos órgãos de soberania, nomeadamente a Câmara Municipal de Lisboa, no nosso caso, este processo foi já foi aqui debatido em 18 do 2 de 97, processo do qual resultou uma recomendação desta mesma Assembleia com o número 2/AM/97, em que consistia que a Câmara deveria proceder com a UITI a um protocolo por 50 anos a uma renda simbólica, para um edifício camarário com capacidade para 2 mil alunos.-----

----- O edifício sito na Rua das Flores, número 85 e que até à data, não temos qualquer protocolo. A UITI nunca se recusou a pagar renda, sempre quis oficializar

contratualmente a sua posição, no entanto, a Câmara tem vindo a ignorar a até à data de hoje todos os pedidos solicitados.-----

----- A UITI precisa de ver rapidamente definido contratualmente o seu espaço, o valor da renda e o período de utilização, de forma a abrir o próximo ano letivo já em Outubro, temos a promessa, sim porque promessas temo-las muito, datada do dia 9 do 6 pela Câmara Municipal de Lisboa de que iriam ser efetuadas obras de imediato, ao referido edifício que apresenta problemas estruturais graves causados por terceiros e que o mesmo seria entregue à UITI novamente em Novembro, também nos foi prometido que poderíamos utilizar provisoriamente o espaço da Rua Maria de Andrade, número 13, no Intendente. -----

----- Até à data de hoje, a Câmara não entregou as chaves da Rua Maria Andrade, neste momento com uma semana de inscrições abertas, temos cerca de 270 alunos inscritos e sem chave para podermos montar a Universidade no local chamado provisório na Rua Maria de Andrade, as rendas suportadas ou pelo menos as rendas técnicas que são dadas pela Câmara Municipal de Lisboa no valor de 4600 euros para a Rua Maria Andrade e 7600 para a Rua das Flores são absolutamente incomportáveis para a UITI uma vez que esta instituição de utilidade pública não tem fins lucrativos. Com estas rendas e o fim da UITI e a Câmara até à data também não nos atribuiu a bonificação mesmo que a direção desta escola tenha pedido várias vezes. -----

----- O valor simbólico pago anualmente pelos alunos, que anda a ronda dos 100 euros, não cobre as despesas de funcionamento na sua totalidade e só vem sendo viável, porque a UITI tem estado isenta do pagamento de rendas. -----

----- Na sequência do mesmo e foi através do qual resolvemos fazer esta Petição que se baseia em 2 pontos, muitos distintos, o 1º ponto a bonificação máxima para as rendas a conceder à UITI pela ocupação provisória tanto para a Rua Maria de Andrade como o seu retorno para a Rua das Flores, que supostamente será entregue no final de Novembro, parece-me justo que a UITI beneficie das mesmas condições que as restantes Universidades Seniores, permitindo assim a sua manutenção dos fins sociais e à implicação que o valor da renda terá na mensalidade a ser cobrada aos alunos. -----

----- O 2º ponto, a entrega do espaço provisório de imediato, sim de imediato, porque não é fácil transladar uma universidade com 800 alunos com material para 700 metros quadrados de um dia para o outro, estamos como os Senhores próprios já o disseram aqui várias vezes em fim de ano eleitoral e em férias, e nós? Quando é que recebemos as chaves da Rua Maria Andrade? A UITI tem as inscrições abertas para o próximo ano letivo com base na promessa de entrega da Rua Maria Andrade, essa entrega ainda não foi efetuada, essas chaves a Direção à data de hoje, porque eu consultei a Direção não as recebeu e pelo que considera-se urgente a resolução desta situação, quero pensar que com boa vontade política e celeridade, esta situação poderá ficar resolvida contratualmente, sim, porque é necessário que, de uma vez por todas exista a contratualização desta situação antes do arranque das obras do edifício na Rua das Flores e nas férias do Executivo Camarário, garantindo à UITI assim a possibilidade da sua atividade já no próximo ano letivo de Outubro.-----

----- É com alguma tristeza confesso que estive aqui desde as 3 horas ouvir o debate, dos vários pontos que esta tarde esta Assembleia teve e preocupa-me que, neste momento, tenhamos só promessas, promessas, essas que a UITI aguarda há 40 anos e eu agradecia que se fosse possível que isso fosse ultrapassado. Muito obrigada Senhora.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Dona Maria Isabel.-----

-----As pessoas que estão a assistir, e eu sei que se estão a manifestar, mas em princípio não podem, não há qualquer problema mas em princípio a regra é que quem está a assistir não pode manifestar-se, mas enfim, compreendemos a vossa ansiedade com isto tudo.-----

----- Vamos prosseguir., há uma Parecer, a 7ª. Comissão permanente, que é presidida pela Doutora Simonetta Luz Afonso, foi a Comissão que apreciou esta matéria e que recebeu os peticionários, portanto, eu pedia à Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso que nos venha apresentar o seu Parecer.-----

----- Sabem que depois deste Parecer resulta uma Recomendação à Câmara, portanto, a Assembleia Municipal se aprovar a Recomendação a Câmara depois em princípio tem a obrigação de dar andamento àquilo que nós recomendamos e é isso o resultado principal destas petições, é conseguir propor coisas em concreto à Câmara Municipal.-----

----- Vamos ouvir a Senhora Relatora.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Simonetta Luz Afonso (PS)** no uso da palavra, enquanto relatora, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, Mesa, Senhores Vereadores, Senhor representante do Presidente da Câmara, Colegas, Imprensa, Senhores funcionários.-----

----- Nós a 7ª Comissão Permanente de Educação Cultura Juventude e Desporto, ouviu os peticionários e sobre, enfim, a sua petição intitulada “Petição sobre o futuro da Fundação Celeste Herberto de Miranda, Universidade Internacional da 3ª idade” para bem, ouvimos não só os peticionários como também há uns meses atrás, tendo conhecimento que havia problemas na Universidade da 3ª idade escrevemos uma carta ao Senhor Vereador Manuel Salgado solicitando informação sobre o que se passava relativamente às obras solicitadas pelos pela Universidade da 3ª idade. Recebemos essa resposta há muito pouco tempo, em que o Senhor Vereador Manuel Salgado assume que, de facto, a Câmara Municipal de Lisboa está a tratar de realizar as obras necessárias para que a Universidade da 3ª idade possa ocupar o edifício e de há 4 meses, dá até Novembro para a realização das obras, portanto, aliás, dissemos isto a Senhora Representante dos Peticionários que, de facto, da nossa parte não vemos nenhuma má intenção por parte da Câmara, nem nenhuma intenção escondida para que a universidade não funcione, aliás, neste momento, há 22 universidades e academias da 3ª idade na cidade de Lisboa e, portanto, não vejo da parte da Câmara nenhuma má vontade, ou das Juntas de Freguesia relativamente ao tratamento destas instituições que são importantes e são estimáveis para o acompanhamento e digamos, a que a formação ao longo da vida das pessoas mais velhas, mais velhas ou

aposentadas ou pessoas que querem ter uma melhor formação ao longo da vida, etc., portanto, neste aspeto de facto, falámos também com Presidentes de Junta, que fazem parte da 7ª comissão, os quais também nos explicaram quais eram normalmente as regras para o apoio a estas universidades e academias da 3ª idade, portanto, certamente, a Câmara dará a esta instituição sem fins lucrativos o mesmo tratamento que as Juntas de Freguesia e a própria Câmara tem estado a dar ao longo dos anos a 22 instituições similares em 24 Freguesias da Cidade, acho que a Cidade não está mal servida! -----

----- Portanto das nossas conversas e das nossas investigações saiu uma série de Recomendações, saíram uma série de Recomendações que fizemos em conjunto e foram aprovadas por unanimidade pelos Senhores Deputados presentes na 7ª Comissão. -----

----- Vou passar a ler as recomendações: “Que a Câmara celebra um contrato com a Universidade Internacional para a 3ª idade que assegure a sua continuidade; que a Câmara atribui a uma bonificação sobre futuras rendas atendendo, ao facto da UITI vir prestando um serviço público há longos anos na cidade de Lisboa, em igualdade de circunstâncias com os restantes 22 universidades e academias sénior existentes em Lisboa, aliás, a Câmara de Lisboa tem vindo a dar uma bonificação relativamente às rendas que a Universidade da 3ª idade já paga durante estes anos que tem ocupado o edifício da Rua das Flores; que a Câmara disponibilize um imóvel na rua Maria Andrade durante o período da realização das obras, que irão decorrer no prédio que ocupa na Rua das Flores; que as obras a realizar pela Câmara no imóvel da Rua das Flores tenham em conta a celeridade necessária para que o início do ano letivo, não seja perturbado e, finalmente queríamos solicitar à Câmara que diligencie a limpeza urgente do logradouro do prédio da Rua das Flores, atendendo ao eventual perigo de incêndio e de insalubridade.” É tudo e muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Deputada, temos vários Senhores Deputados inscritos que vão usar da palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS/PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretários, Caros Vereadores, Caros Deputados, Caro público. -----

----- Na sequência da petição 12/2017 «Futuro da Fundação Celeste Herberto de Miranda - Universidade Internacional para a Terceira Idade» saudamos os subscritores e fazemo-lo de uma forma especial pois desde o primeiro momento que nos identificámos, sentimos as dores e apoiámos as pretensões da Universidade Internacional para a Terceira Idade. -----

----- Quarenta anos de dedicação ao serviço da causa pública, quarenta anos de dedicação aos nossos avós, aos nossos pais e, qualquer dia, se Deus quiser e o vereador deixar, também a nós, mereciam mais respeito por parte desta Câmara

Municipal de Lisboa. Tanto mais que essa dedicação sempre foi materialmente desinteressada, o que a torna ainda mais estimulante.-----

----- Quarenta anos em que centenas de professores doaram voluntariamente o seu tempo para transmitir saber a milhares de pessoas idosas, daquelas que não se resignam perante a passagem do tempo e que não abdicam do conhecimento permanente e diversificado como é ministrado na Universidade. -----

----- Nunca saberemos, se não através das pequenas histórias pessoais, como o conhecimento ali adquirido influenciou filhos e netos e marcou gerações, mas atrevo-me a dizer que não deve ser despiciente. -----

----- É este legado humano de várias gerações, que durante 4 décadas rumou ao Chiado, ao templo do saber, do conhecimento pelo conhecimento, que sempre foi a UITI que a atual executivo quer destruir. -----

----- A Universidade da Terceira Idade é também sede de convívio e um forte motivo para que largas centenas de seniores lisboetas se dirijam ao Chiado, o vivam e usufruam. Não lhes retiremos também esse prazer.-----

----- Numa cidade que respeita o conhecimento e os seus mais velhos a UITI seria acarinhada e reconhecida, pela autarquia, como uma instituição de bem e nunca seria escorraçada do centro da cidade. Importa exigir a contratualização do arrendamento que salvaguarda o regresso da UITI à Rua das Flores. -----

----- E quanto à Câmara e para quem acompanha este processo, nomeadamente neste mandato, sabe bem com o Vereador Manuel Salgado tem protelado a regularização contratual e a intervenção urgente no edificado, afinal é a própria Câmara que exige tanto aos particulares e depois nos seus edifícios nem sequer faz obras e dá o exemplo.-----

----- No meio da incerteza, a Câmara Municipal de Lisboa deverá resolver as questões pendentes relativas ao garante da abertura do próximo ano letivo, assumindo o trabalho educacional, de ocupação de tempos livres e formação e também social que envolve tantos voluntários e alunos. -----

----- A peticionária salientou a necessidade de ter acesso urgente ao espaço provisório, uma necessidade, tal como uma casa que não se transfere e se coloca operacional em poucos dias.-----

----- Acompanhamos este processo desde 1997, conforme a peticionária relatou em sede de comissão. Em 20 anos, a situação contratual continua por resolver. -----

----- Pelo exposto subscrevemos as recomendações da 7ª comissão fazendo votos para que a UITI continue o seu labor nas atuais instalações, condignamente adaptadas à sua nobre missão. -----

----- Da parte do CDS, contem com a ação fiscalizadora de exigência e construtiva em torno deste processo. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado vamos prosseguir.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Obrigada Senhora Presidente.-----
----- Em primeiro lugar, o grupo municipal do Bloco de Esquerda gostaria de saudar os 415 peticionários que pretendem com esta Petição uma solução para um problema já antigo com a Câmara Municipal de Lisboa, por forma a ser possível manter o funcionamento da universidade internacional para a terceira idade, uma instituição privada que tem um papel de inclusão das pessoas mais idosas. -----
----- Esta Universidade é um instrumento importante de inclusão das pessoas mais idosas, que encontram aqui um espaço de aprendizagem, convívio e integração, que com certeza que é um papel importante. Sendo a cidade de Lisboa uma das mais envelhecidas da Europa, este tipo de projetos são importantes, existem 22 outras universidades sénior na cidade, e não é demais lembrar que o Município também tem que ter um papel relevante no que toca a políticas públicas de apoio à terceira idade e isso passa também por atividades de aprendizagem, de recreação desde género.-----
----- E portanto, falamos de uma instituição que tem mais de 800 alunos, sendo certo que existe também uma pequena propina que é apelidada de “simbólica”, de 100 euros por ano, para a permanência, mas que não permite acarretar os custos que estão hoje em dia aqui em discussão. -----
----- A solução que foi encontrada na Recomendação da 7ª. Comissão parece-nos ser a mais adequada, aquela que responde de forma equilibrada e de forma justa também para com as restantes instituições e, portanto, existe um pedido para que da parte da Câmara Municipal exista uma igualdade de circunstâncias entre as várias instituições e isso é importante. Não pode haver nenhum benefício relativamente a outras e dessa forma votaremos favoravelmente a Recomendação da Comissão. -----
----- Estes processos levam sempre o seu tempo e deixar a nota que seria importante começar a pensar políticas públicas deste género para que uma maior número da população idosa possa ter acesso a este tipo de atividades e não aqueles que podem felizmente pagar uma determinada propina por ano e que todos e todas possam de facto ter acesso a este tipo de atividades.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigada Senhora Deputada”-----
----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “ Muito obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretários. -----
----- Portanto, queria em primeiro lugar saudar os peticionários que, de facto vieram aqui a esta Assembleia neste exercício de cidadania que realmente, nos honra a todos. -
----- Em relação ao assunto em questão e às recomendações, queria dizer que o PCP está inteiramente de acordo, de facto, com estas recomendações, iremos votá-las favoravelmente, aliás, devo dizer que o assunto foi discutido em Câmara e os nossos Vereadores também defendem, portanto, defenderam estas soluções para este grave problema.-----
----- Penso que por parte da Câmara também haverá, portanto, um consenso em relação a isto eu, de facto, só queria fazer mais uma sugestão que realmente seja o

mais rapidamente possivelmente, entregue de facto a chave, para que a Universidade possa começar as suas aulas em tempo útil e sem prejuízo, portanto, dos alunos e da própria aprendizagem. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Temos mais uma Senhora Deputada inscrita, é a Senhora Deputada Ana Gaspar.”

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Caríssima Presidente, Secretário, Vereadores, caríssimos Deputados e Deputadas, peticionários e cidadãos e cidadãs. -----

----- Queria aqui assinalar com muito gosto o direito que estes peticionários têm à sua Petição, à defesa, digamos, da sua honra de uma escola que tem fornecido tão bons serviços e lembrar, porque não quero deixar de lembrar; que o ensino às camadas idosas se faz das mais variadas formas e estamos em Lisboa, estamos em Portugal e há uma camada imensa de pessoas idosas que não frequentam a Universidade mas que querem apenas ter o direito de voltar à escola. Falamos do 1º ciclo, do 2º. e 3º. ciclo, portanto, dizer-vos que não posso aqui deixar de lembrar o recente esforço de retornar às aulas do ensino público EFAs, onde também os outros idosos têm direito a estudar, este ensino de grande qualidade e reconhecido em termos europeus, quase ia sendo abalado muito recentemente, queria lembrar isto porque o direito é para todos e as pessoas de idade e as de menos idade, de qualquer idade tem o direito de voltar à escola, e é disto que os peticionários lembraram, mas queria aqui salientar os EFAs, que é uma experiência formidável de ensino. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Senhores Deputados, vamos então pôr à vossa consideração a Recomendação que resulta do Parecer da 7ª. Comissão, que já nos foi aqui apresentado e é a Recomendação 1/150 da 7ª. Comissão, que eu me dispense de ler. -----

----- Ah, faça o favor Senhor Vereador.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Muito boa tarde a todos. -----

----- Eu não tive oportunidade de assistir às intervenções anteriores, no entanto, gostava de esclarecer relativamente a esta questão da UITI que a Câmara tomou a decisão de fazer as obras de reabilitação do edifício da Rua das Flores e tentar concluir o mais depressa possível as obras de reabilitação desse imóvel. Garantindo à UITI a possibilidade de voltar a para o imóvel para as áreas que ocupava anteriormente, e que em relação ao edifício da Rua Andrade, da Rua Maria Andrade, quer dizer, isto não é assim tão simples, não é entregar as chaves para ocuparem porque aquele edifício tem que ser partilhado por várias entidades, nomeadamente entidades que, neste momento estão alojadas na Rua de São Lázaro e que, no âmbito

da operação de renda acessível têm que ser realocizadas, refiro-me à Casa da Rússia, refiro-me a um sindicato, refiro-me, portanto, a várias organizações que nós temos que realojar e que estavam previstas ser realojadas exatamente na Rua Maria Andrade.

----- Quanto à questão da bonificação da renda queria lembrar que aquilo que transmitimos foi a renda técnica e que qualquer renda e qualquer bonificação da renda tem que ser feita no âmbito do regulamento, dos Regulamentos de Apoios da Câmara Municipal por deliberação da Câmara e não por deliberação nem do Departamento de Património nem do Vereador com competência delegada relativamente ao património.

----- Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador.-----

----- Em qualquer caso, caso a Recomendação seja aprovada, Senhor Vereador se ela for aprovada, naturalmente, está aqui uma Recomendação à Câmara para tratar de promover essa bonificação, mesmo que não seja com o seu pelouro, alguém da Câmara tem que tomar a devida nota do que nós aqui deliberamos, seja como for ainda não deliberámos e, portanto, que é importante é pôr a Recomendação à votação.-

----- Vamos pôr a **Recomendação 1/150** à votação. Não há votos contra e nem abstenções. A Recomendação 1/150 **foi aprovada por unanimidade**.-----

----- Penso então que está o Senhor Vereador João Paulo Saraiva em representação da Câmara, que tomem devida nota destas Recomendações da Assembleia Municipal e que passem estas Recomendações, naturalmente a ações da Câmara, que aprovadas aqui por unanimidade na Assembleia Municipal.-----

----- Senhores Deputados terminámos este ponto a nossa Ordem de Trabalhos, quero saudar agora também eu os Peticionários penso que esta deliberação unânime da Assembleia Municipal é importante e agora vamos prosseguir para que as coisas sejam feitas conforme foi aprovado e solicitado à Câmara.-----

----- Peço novamente para não aplaudirem, eu peço imensa desculpa façam assim se quiserem, mas não aplaudam, porque não está a permitido.-----

----- Senhores Deputados vamos agora continuar. Muito obrigada pela vossa presença, vamos continuar. Nós temos agora vários pontos relacionados com planeamento e, desde já a proposta de 319/2017, uma alteração simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa.-----

----- **PONTO 3 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 319/CM/2017 - ALTERAÇÃO SIMPLIFICADA DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA H) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ACTUAL NO N.º 7 DO ARTIGO 123.º DECRETO-LEI N.º 80/2015, DE 14 DE MAIO, QUE APROVOU A REVISÃO DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL; 1,5 X GRELHA-BASE: 51 MINUTOS;**-----

----- **Parecer da 3ª Comissão Permanente;**-----

----- (A Proposta 319/CM/2017 foi anexada a esta Ata como Anexo IX e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 3ª. CP foi anexada a esta Ata como Anexo X e dela faz parte integrante)-----

----- Pergunto se o Senhor Vereador Manuel Salgado quer apresentar a proposta, o Senhor Vereador dispensa a apresentação da proposta.-----

----- A Senhora Relatora quer apresentar o Parecer? Senhores Deputados, eu tenho aqui inscrito para o Ponto 3, não, para este ponto de alteração simplificada do Plano Diretor Municipal não tenho ninguém inscrito.-----

----- Se não há inscrições, vamos passar imediatamente à votação da **Proposta 319/CM/2017**. Não há votos contra. Abstenções do BE, PEV, PAN, MPT e CDS-PP. Votos a favor do PS, PSD, PCP, PNPN e IND. A Proposta foi **aprovada por maioria**.-----

----- **PONTO 4 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 320/CM/2017 - ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR 3 - ZONA SUL - AVENIDA MARECHAL GOMES DA COSTA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 90.º, CONJUGADO COM O N.º 1 DO ARTIGO 119.º DO DECRETO-LEI N.º 80/2015, DE 14 DE MAIO, QUE APROVOU A REVISÃO DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL; 2 X GRELHA-BASE – 68 MINUTOS;**-----

----- **Parecer da 3ª Comissão Permanente;**-----

----- (A Proposta 320/CM/2017 foi anexada a esta Ata como Anexo XI e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 3ª. CP foi anexada a esta Ata como Anexo XII e dela faz parte integrante)-----

----- Esta Proposta tem a ver com a alteração do Plano de Pormenor da Zona Sul, Avenida Marechal Gomes da Costa.-----

----- O Senhor Vereador Manuel salgado quer apresentar a proposta? Não? Prescinde da apresentação da proposta.-----

----- O Senhor Relator foi o Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves, quer apresentar o seu parecer? Faz favor, tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhora Vereadora, Caros Colegas.-----

-----Portanto, foi proposto à 3ª Comissão que elaborasse um Parecer sobre alteração do Plano de Pormenor, PP-3 da zona da Expo ou seja, na zona sul da Avenida Marechal Gomes da Costa, foi-me atribuído a mim pela 3ª. Comissão a tarefa de elaborar o Plano de Pormenor, eu sei, eu peço-vos desculpa pela minha falta de capacidade e o meu grau zero de incapacidade relativamente a estas matérias, mas no entanto eu fiz o que pude, espero não ofender ninguém e que esteja correto.-----

----- Portanto, isto o que é que se passa? Como sabem em 1993, foi decidido, portanto, nós concorreremos à Exposição Universal para comemorar os 500 anos dos

Descobrimos e foi escolhida zona da atual Zona da Expo para realizar a Exposição Universal e daí houve uma série de iniciativas legislativas que determinaram a constituição de uma comissão, portanto, deram a essa Comissão a capacidade de elaborar os planos de fazer os planos e até a Câmara nesse aspeto não teve intervenção nenhuma. Foi, portanto, foi a através do Estado que se elaboraram todas e resolveram todas as questões as questões de planeamento daquela área, e foram constituídos 4 de 4 planos de pormenor, depois mais tarde 2, mas na essencialmente 4 planos de pormenor e o que está em causa aqui é o PP 3, ou seja o Plano de Pormenor da Zona Sul da Avenida Marechal Gomes da Costa.-----

----- Entende-se a razão e a justificação desta de alteração ao PP-3 na medida em que, de facto, isto é um processo que vem desde 1993, que foi aprovado em 1995 e, portanto, naturalmente que já passou um longo prazo, além de que ia aquilo que foi que justificou a sua implementação, o seu desenvolvimento atualmente poderá estar ultrapassado, ao fim destes anos. -----

-----Portanto se há se há situações onde justifica a existência de alterações ao plano de pormenor esta é necessariamente uma delas, foram cumpridos os trâmites todos a CCDR elaborou inicialmente um parecer condicionado, com várias condicionantes, essas condicionantes foram respondidas, foram satisfeitas e, portanto, o plano, as alterações ao plano pormenor, neste caso, está naturalmente em condições de ser aprovada e agora a posso dizer que o Partido da Social Democrata vai votar a favor. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados, a Mesa não regista pedidos de palavra para este Ponto e se assim é vamos pôr à votação a **Proposta de 320/2017**, a Alteração do Plano de Pormenor- Zona Sul- Avenida Marechal Gomes da Costa. Votos contra do CDS/PP e do BE. Abstenções do PAN e do MPT. Votos favoráveis do PS, PSD, PCP; PEV, PNP, 3 IND. A proposta **foi aprovada por maioria**. -----

----- Os Deputados do CDS/PP irão apresentar Declaração de Voto.” -----

----- (O Grupo Municipal do CDS-PP não apresentou a referida Declaração de Voto) --

----- “Esta é uma Proposta que já esteve aqui várias vezes, que andou para trás e para diante, porque estava dependente da apreciação das alterações do Plano Pormenor, Boavista Nascente e, portanto, temos agora sim a proposta de 259, alienação sob a forma de complemento de lote de 2 parcelas de terrenos municipais. -----

----- **PONTO 5 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 259/CM/2017 - ALIENACÃO SOB A FORMA DE COMPLEMENTO DE LOTE DE DUAS PARCELAS DE TERRENOS MUNICIPAIS, SITAS NA AVENIDA 24 DE JULHO E RUA D. LUÍS I, À LXTEJO – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A., NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA I) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- **Parecer da 1ª Comissão Permanente;** -----

----- (A Proposta 259/CM/2017 foi anexada a esta Ata como Anexo XIII e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 1ª. CP foi anexada a esta Ata como Anexo XIV e dela faz parte integrante)-----

----- Pergunto ao Senhor Vereador Manuel Salgado se quer apresentar a proposta 259? Prescinde da apresentação. A Senhora Relatora foi a Senhora Deputada Irene Lopes que já tinha apresentado, é verdade, esta proposta já tinha sido apresentada já tinha sido apresentado o Parecer e até houve discussão sobre ela. Ela foi apenas adiada em termos de votação, portanto, os partidos até já se pronunciaram, já houve várias intervenções, mas em todo o caso antes de deliberarmos pode haver novas intervenções, se for caso disso e, portanto, a Mesa dará a palavra.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- A Senhora Presidente diz muito bem, este assunto já foi desenvolvido, já foi falado, faltava relativamente a estas 2 parcelas a respetiva votação, mas nós temos a vontade de clarificar um certo número de pontos relativamente a este assunto.-----

----- Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, não está como é frequente, Senhoras e Senhores Deputados, Serviços e Público presente.-----

----- Uma breve intervenção, Senhora Presidente, sobre esta proposta de alienação dos terrenos municipais junto à Avenida 24 de Julho, Avenida e a Rua Dom Luís I, queremos desde logo dizer que muito estranhámos esta proposta de novo, como como a 289 que há pouco falava, que se apresenta na realidade no nosso ponto de vista e aparenta ser um favorecimento de uma empresa de Lisboa, especificamente a EDP, permitindo-lhe instalar empresas satélites em redor da sua magna e mega sede. -----

----- Considera-se também que um plano pormenor tão recente não pode ficar à mercê dos interesses mutáveis e específicos dessa grande empresa, gigante empresa, como se lhe queira chamar. Disse aqui o Senhor Vereador da última vez que falámos este assunto que é para servir o mercado, ora, não é esse serviço uma função da Câmara Municipal e, de certeza absoluta que não é essa a função desta Assembleia Municipal.-

----- Não podemos também a propósito, do facto de deixar de sublinhar que continua a faltar um Regulamento do Património que sustente estas e quaisquer outras alienações de Património Municipal, regulamento esse adequado e atualizado devidamente apresentado e aprovado por esta Assembleia Municipal. -----

----- Ainda nem sequer subiu ao Parlamento da Cidade de Lisboa para apreciação e se não subiu foi apenas porque a Câmara simplesmente não quer que suba. Convém-lhe, portanto, a demora respetiva e aparecem alienações sem estarem condicionadas ou enquadradas pelo próprio regulamento. -----

----- Longe vão as promessas de apresentar esse Regimento em Janeiro deste ano, o facto é que continuamos sem regulamento que enquadre as alienações e não poderemos pactuar com tais procedimentos e não aprovaremos, portanto, esta extemporânea proposta. Muito obrigada Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde. Apreciamos a proposta 259 da alienação, sob a forma de complemento de lote, de duas parcelas municipais que vão ser cedidos à Lisboa Tejo, Investimentos Imobiliários, e queria sobre esta proposta de fazer 2 notas. -----

----- Uma que tem que ver com novamente se volta a alienar duas parcelas de terrenos municipais sem que o prometido Regulamento de Gestão do Parque Municipal esteja pronto. Esta é uma situação que é inadmissível, várias promessas e vários trabalhos, vários empenhamentos de todas as forças políticas foram feitas para que esse Regulamento estivesse pronto, para que haja regras claras na nossa cidade sobre a alienação de património e continuamos a alienar património, continuarmos nesta situação, o que quer dizer que continuamos, podem-nos dizer que compramos mais do que vendemos, mas continua-se a não justificar que a situação continue assim. -----

----- Esta proposta era, e era a outra nota aparece na sequência das normas, das novas normas provisórias aprovadas no Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Nascente, estes terrenos servirão Lisboa Tejo investimento imobiliário, SA, como já foi aqui até referido, usufruir a de uma construção de elevada cêrcea com elevado volume abaixo do solo, opção ainda pior, considerando os riscos inerentes a uma menor consolidação do terreno e também pela sua natureza. -----

----- Mais um terreno destinado à especulação imobiliária enquanto se continuar a assistir à saída a muita nossa cidade dos lisboetas, pelo que o nosso voto, todos já esperam é um voto contra, aliás, o Senhor Vereador está muito atento a minha intervenção. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Não temos mais inscritos, pergunta a Câmara Municipal se quer usar da palavra? Senhor Vereador Manuel Salgado a Mesa pergunta se quer usar da palavra? O Senhor Vereador quer usar da palavra, tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, eu única coisa que estava aqui à espera de uma informação, mas talvez a Senhora Presidente me ajuda a clarificar este ponto, é que eu julgo que o Regulamento foi enviado para a Assembleia Municipal.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não Senhor Vereador, posso esclarecer o que é que se passa. Foi enviado o projeto de Regulamento, foi submetido à consulta pública, foi elaborado o relatório ponderação e nós tivemos conhecimento que a Câmara ia agendar essa matéria e depois a Câmara não apreciou a proposta final, já depois da ponderação da consulta

pública, pelo que a versão final não está ainda aprovada, não chegou à Assembleia Municipal é só isto!-----

----- Pronto, eu estou a lembrar apenas o processo, ele foi agendado, é do conhecimento, recebemos aqui a proposta na altura antes de ela ser agendada, é do nosso conhecimento, mas não foi não foi decidido, não a decisão da Câmara sobre esta matéria, portanto, naturalmente só no próximo mandato é que teremos o Regulamento do Património, como é conclusão lógica a tirar disto! Estou só esclarecer isto, porque me foi pedido, não estou aqui a introduzir mais elemento nenhum, apenas porque lhe foi pedido lembrar isto. -----

----- Senhores Deputados, não havendo mais pessoas inscritas, a Mesa vai pôr à vossa consideração a **Proposta 259/CM/20127**. Votos contra do MPT, do PCP, do PEV, BE, PAN e PSD. Não há abstenções. Votos a favor do PS, PNP, IND, CDS-PP. A proposta **foi aprovada por maioria**. -----

----- O Senhor Deputado Magalhães Pereira pediu para que a sua intervenção fosse considerada uma Declaração de Voto.-----

----- **PONTO 6 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 385/CM/2017 - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL DE TRÊS TROCOS DA ESTRADA DAS AMOREIRAS, DA ESTRADA DA PORTELA DE SACAVÉM E DA AZINHAGA DO CAVACO OU DO OURIVES, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA O) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ACTUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- **Parecer da 1ª Comissão Permanente;**-----

----- (A Proposta 385/CM/2017 foi anexada a esta Ata como Anexo XV e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer da 1ª. CP foi anexada a esta Ata como Anexo XVI e dela faz parte integrante)-----

----- Pergunto ao Senhor Vereador se quer apresentar a Proposta? Não quer apresentar a proposta.-----

----- Senhora Deputada Ana Páscoa, quer apresentar o Parecer? Dispensa a apresentação do Parecer.-----

----- Vamos pôr à votação então a **Proposta 385/CM/2017**. Votos contra do PSD. Votos de abstenção do BE, CDS-PP, MPT e PAN. Votos a favor do PS, PCP, PEV, PNP e IND. A proposta foi **aprovada por maioria**. -----

----- **PONTO 7 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 440/CM/2017 – CONSTITUIÇÃO DE UM DIREITO DE SUPERFÍCIE A FAVOR DA ACREDITAR - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE CRIANÇAS COM CANCRO, SOBRE O PRÉDIO MUNICIPAL SITO NA RUA PROFESSOR LIMA BASTO N.º 71 (ESTRADA DE BENFICA), NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA I), DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À**

LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ACTUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;-----

----- **Parecer da 1ª e 6ª Comissões Permanentes;**-----

----- **Recomendação 2/150 (1ª e 6ª CP);**-----

----- (A Proposta 440/CM/2017 foi anexada a esta Ata como Anexo XVII e dela faz parte integrante)-----

----- (O Parecer conjunto da 1ª. e 6ª. CP foi anexada a esta Ata como Anexo XVIII e dela faz parte integrante)-----

----- (A Recomendação 2/150 (1ª. e 6ª. CP foi anexada a esta Ata como Anexo XIX e dela faz parte integrante)-----

----- O Senhor Vereador se quer apresentar a Proposta? Dispensa a apresentação da proposta.-----

----- O Senhor Relator é o Senhor Deputado Magalhães Pereira, pergunto se quer apresentar o Relatório? O Relatório fala por si.-----

----- Chamo a vossa atenção que este Relatório tem associada uma Recomendação, que é o próprio Relatório, o parecer da Comissão conclui com esta Recomendação, que é transposta para a Recomendação 2/150.-----

----- Vamos dar a palavra aos inscritos, se não há pessoas inscritas Senhores Deputados a Mesa vai pôr à consideração a **Proposta 440/CM/2017**. Não há votos contra e nem abstenções. A proposta foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Agora vamos pôr à votação a **Recomendação 2/150** da 1ª. e 6ª. Comissões Permanentes. Não há votos contra e nem abstenções. A Recomendação foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Senhores Deputados, vamos passar à apreciação da proposta 479, a nomeação da Sociedade Moore Stephens e Associados SROC, SA, como auditor extremo do Município de Lisboa.-----

----- **PONTO 8 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 479/CM/2017 - NOMEACÃO DA SOCIEDADE MOORE STEPHENS E ASSOCIADOS SROC, S.A., COMO AUDITOR EXTERNO DO MUNICÍPIO DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 77.º DO REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS (LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO); GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- (A Proposta 479/CM/2017 foi anexada a esta Ata como Anexo XX e dela faz parte integrante)-----

----- Pergunto ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva se quer apresentar a proposta? Dispensa a apresentação. A proposta não teve Parecer nenhum porque isto é uma simples nomeação, portanto, não foi apreciada em sede de Comissão.-----

----- Também não vejo pedidos de palavra, não é necessária a votação secreta porque é uma sociedade, não é um individuo concreto, portanto, não é obrigatório o voto secreto pelo que a Mesa vai pôr à consideração a apreciação da **Proposta n.º 479/CM/2017**.-----

----- Não há votos contra. Abstenções do PSD, PAN, MPT, CDS-PP e BE. Votos a favor do PS, PCP, PEV, PNPN e IND. A proposta **foi aprovada por maioria**. -----

----- Senhores Deputados, temos agora um conjunto de Repartições de Encargos e vamos vê-las uma a uma. -----

----- **PONTO 9 – APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NOS TERMOS DAS MESMAS (GRELHA-BASE – 34 MINUTOS):** -----

----- **PONTO 9.1 – PONTO 5 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 462/CM/2017 - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E COMPROMISSO PLURIANUAL PARA A CONSTRUÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL DOS OLIVAIIS, DE ACORDO COM O ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDACÇÃO ACTUAL, E DO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO;** -----

----- (A Proposta 462/CM/2017 foi anexada a esta Ata como Anexo XXI e dela faz parte integrante) -----

----- Se alguém pedir a palavra peço que me sinalizem. A primeira Repartição de Encargos e Compromisso Plurianual é apara a construção da Creche Municipal dos Olivais, a Proposta 462/CM/2017, vamos pôr à votação. -----

----- Estão pessoas de pé na sala, eu peço para não estarem de pé na sala porque perturbam aqui as votações. -----

----- Vamos pôr à votação a **Proposta 462/CM/2017**. Não há votos contra e nem abstenções. A Proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- **PONTO 9.2 – PONTO 5 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 464/CM/2017 - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E COMPROMISSO PLURIANUAL PARA A CONSTRUÇÃO DO PARQUE VERDE DA NOVA FEIRA POPULAR, DE ACORDO COM O ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDACÇÃO ACTUAL, E DO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO;** -----

----- (A Proposta 464/CM/2017 foi anexada a esta Ata como Anexo XXII e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos pôr à votação a **Proposta 464/CM/2017**. Não há votos contra. Votos de abstenção do PSD, MPT e CDS-PP. Votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PNPN e 6 IND. A proposta **foi aprovada por maioria**. -----

----- O CDS irá apresentar uma Declaração de Voto referente à proposta. -----

----- (O Grupo Municipal do CDS-PP não apresentou a referida Declaração de Voto) --

----- **PONTO 9.3 – PROPOSTA 473/CM/2017 - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E COMPROMISSO PLURIANUAL PARA AQUISIÇÃO DE PNEUMÁTICOS PARA AS VIATURAS DA FROTA MUNICIPAL AO ABRIGO DOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, DA ALÍNEA B) DO ARTIGO 3.º E DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º, AMBOS DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 22/2015, DE 17 DE MARÇO;** -----

----- (A Proposta 473/CM/2017 foi anexada a esta Ata como Anexo XXIII e dela faz parte integrante)-----

----- A **Proposta 473/CM/2017** vai ser posta à votação. Não há votos contra e nem abstenções. A proposta foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- **PONTO 9.4 – PONTO IV DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 474/CM/2017 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E COMPROMISSO PLURIANUAL PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO PARA DISPOSITIVOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, TRÁFEGO E PUBLICIDADE DO MUNICÍPIO DE LISBOA, AO ABRIGO DO ARTIGO 24.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ACTUAL, E DOS NÚMEROS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99 DE 8 DE JUNHO, BEM COMO DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 22/2015, DE 17 DE MARÇO;**-----

----- (A Proposta 474/CM/2017 foi anexada a esta Ata como Anexo XXIV e dela faz parte integrante)-----

----- Vou pôr à votação a **Proposta 474/CM/2017**. Não há votos contra. Abstenção do BE. Votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e IND. A proposta foi **aprovada por maioria**.-----

----- **PONTO 9.5 – PONTO 2 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 475/CM/2017 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E COMPROMISSO PLURIANUAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXPLORAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA AUTOMÁTICO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO PARQUE DAS NAÇÕES, DE HARMONIA COM A ALÍNEA B), DO NÚMERO 1, CONJUGADA COM O NÚMERO 6, DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99 DE 8 DE JUNHO, BEM COMO COM A ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 22/2015, DE 17 DE MARÇO;**-----

----- (A Proposta 475/CM/2017 foi anexada a esta Ata como Anexo XXV e dela faz parte integrante)-----

----- Vou pôr à votação a **Proposta 475/CM/2017**. Votos contra do CDS-PP. Não há votos de abstenção. Votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNP e IND. A proposta foi **aprovada por maioria**.-----

----- **PONTO 9.6 – PONTO 6 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 476/CM/2017 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E COMPROMISSO PLURIANUAL PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE EXPLORAÇÃO TÉCNICA E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE RECOLHA AUTOMÁTICA DE RESÍDUOS URBANOS DO PARQUE DAS NAÇÕES, AO ABRIGO DOS NÚMEROS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, BEM COMO DA ALÍNEA C), DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI**-----

N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 22/2015, DE 17 DE MARÇO;-----

----- (A Proposta 476/CM/2017 foi anexada a esta Ata como Anexo XXVI e dela faz parte integrante)-----

----- Vou pôr à votação a **Proposta 476/CM/2017**. Não há votos contra e nem abstenções. A proposta foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- E a última proposta que temos na nossa Agenda de hoje.-----

PONTO 9.7 – PROPOSTA 480/CM/2017 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA E DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA, PARA O ANO LETIVO 2017/2018, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ACTUAL.-----

----- (A Proposta 480/CM/2017 foi anexada a esta Ata como Anexo XXVII e dela faz parte integrante)-----

----- Vou pôr à votação a **Proposta 480/CM/2017**. Não há votos contra e nem abstenções. A proposta foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Senhores Deputados, antes de se irem todos embora, pedia a vossa atenção, nós vamos ter uma Sessão Extraordinária na quinta-feira, que tem uma Ordem de Trabalhos muito extensa, nós vamos procurar ser expeditos, temos 4 Petições, o esforço foi não deixar Petições penduradas para o Mandato seguinte. Estas 4 petições não foram agendadas hoje, porque os Pareceres não estavam prontos, mas penso que irão estar, naturalmente as Comissões têm estado a fazer um trabalho bastante intenso para conseguir ter os Pareceres prontos e teremos um conjunto grande delegações de competências e ainda temos mais algumas propostas com alguma dificuldade, mas que os Pareceres, que também creio que estarão prontos.-----

----- Trata-se da proposta da venda dos terrenos do Hospital, o Hospital Oriental de Lisboa, mas hoje há também já se fez bastantes que só sobre essa matéria. Trata-se de mais uma operação da Renda Acessível e a mais uma proposta que agora de memória não estou a lembrar-me, são as 3 com conteúdo que merece, naturalmente algum debate na Assembleia Municipal.-----

----- Portanto, eu pedia Senhor Deputados que, na próxima quinta-feira que não é um dia normal dos nossos trabalhos, conseguissem assegurar a presença do princípio ao fim dos trabalhos, porque eu prevejo que a nossa Sessão pode ser longa e não gostaríamos de ficar com propostas pendentes por não estarem todos presentes.-----

----- Foi também agendado para essa para essa Reunião, como último ponto em aditamento à Ordem de Trabalhos a apreciação do relatório da 3ª, 5ª e 8ª Comissões sobre a 2ª Circular. Portanto, são matérias relevantes e era isto que eu queria pedir para organizarem as vossas agendas de maneira a conseguimos assegurar, para conseguirmos assegurar efetivamente o nosso quórum e sendo assim, posso também informar-vos que não temos nenhuma proposta pendente para apreciação em Setembro, portanto, é sempre temos uma Reunião Ordinária não temos nenhuma proposta atrasada, temos os trabalhos em dia, portanto, a Reunião Ordinária

DRAFT

concentrar-se-á na parte política que é fundamental das Reuniões Ordinárias e se houver alguma coisa até lá também se verá, mas, em princípio já não será necessário mais trabalho de Comissões, se houver alguma coisa nova, naturalmente, para conhecimento aos Senhores Representantes, mas foi isto que procuramos fazer. Muito obrigada Senhores Deputados. -----

----- A sessão terminou, eram dezassete e quarenta e cinco minutos. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----A PRESIDENTE -----